

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZ FELIPE GUARANÁ WANDERLEY

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FRANÇA MEDIEVAL
Uma análise sob a ótica Construtivista da Teoria das Relações Internacionais

RECIFE

2017

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUIZ FELIPE GUARANÁ WANDERLEY

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FRANÇA MEDIEVAL

Uma análise sob a ótica Construtivista da Teoria das Relações Internacionais

Monografia desenvolvida pelo aluno Luiz Felipe Guaraná Wanderley, orientado pelo Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Recife
2017

Ficha catalográfica

Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

W245r Wanderley, Luiz Felipe Guaraná.
As relações internacionais na França medieval: uma análise sob a ótica construtivista da teoria das relações internacionais / Luiz Felipe Guaraná Wanderley. – Recife, 2017.
62 f.

Orientador: Prof^a. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais. 2. Idade média. 3. Guerra dos cem anos. 4. Construtivismo. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

LUIZ FELIPE GUARANÁ WANDERLEY

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FRANÇA MEDIEVAL

Uma análise sob a ótica Construtivista da Teoria das Relações Internacionais

Monografia desenvolvida pelo aluno Luiz Felipe Guaraná Wanderley, orientada pelo Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovação: ____/____/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
Orientador
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

Prof. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva
Avaliadora
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Msc. Osvaldo Bruno de Castro Vieira
Avaliador

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Pedro Gustavo, por nunca ter duvidado de mim e ter sido um grande amigo durante a minha jornada acadêmica. Agradeço também a minha família, minha mãe e meu pai que tanto me ajudaram durante esse processo, e as minhas queridas irmãs.

Agradeço principalmente à minha namorada, que me deu o meu maior presente durante essa jornada, a nossa filha, Sofia. E aos meus amigos que ficaram ao meu lado durante todo esse tempo. Por fim dedico este projeto à pessoa que me fez amar as Relações Internacionais, Prof. Susan Lewis.

Resumo

A presente pesquisa procura analisar o processo de desenvolvimento das relações internacionais no período da Idade Média, sobretudo da nação francesa, sob a perspectiva da teoria construtivista das Relações Internacionais, bem como o estudo da história da disciplina das relações internacionais com o advento da Escola Francesa sob o ponto de vista dos teóricos Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin. Além disso, busca também mostrar a importância da Escola Britânica, sob o comando de Adam Watson e a teoria construtivista como forma de explicar as relações internacionais do medievo sob a teoria de Alexander Wendt. Para analisar esse processo será estudado o período compreendido da Alta Idade Média e da Baixa Idade Média, fazendo um corte histórico dos elementos sociais mais importantes do reino dos francos durante esse período. Para entender o processo de internacionalização serão analisados os elementos sociais importantes da comunidade franca, tais como: relação com a Igreja Católica, economia e embates militares. Assim, a partir da análise dos conceitos teóricos juntamente com a conjuntura histórica do período medieval podemos esclarecer como se deu o advento das relações internacionais em um período anterior a noção da diplomacia contemporânea.

Palavras-chave: Idade Média; França; Guerra dos Cem Anos; Construtivismo.

Abstract

The present research seeks to analyze the development of International Relations in the Middle Ages, especially the French nation, from the perspective of the constructivist theory of International Relations, as well as the study of the history of the discipline of international relations with the advent of the French School, from the perspective of the theorists Jean-Baptiste Duroselle and Pierre Renouvin. In addition, it also seeks to show the importance of the British School under the command of Adam Watson and the constructivist theory as a way of explaining the international relations of the Middle Ages under Alexander Wendt's theory. To analyze this process will be studied the period comprised of the High Middle Ages and Low Middle Ages, making a historical cut of the most important social elements of the realm of the Franks during this period. In order to understand the process of internationalization, the important social elements of the Frank community will be analyzed, such as: relation with the Catholic Church, economy and military clashes. Thus, from the analysis of the theoretical concepts together with the historical conjuncture of the medieval period we can clarify how the advent of international relations occurred in a period prior to the notion of contemporary diplomacy.

Keywords: Middle Ages; France; Hundred Year's War; Constructivism.

Índice de Figuras

Figura 1	A conquista de Clóvis em relação aos demais reinos	p. 23
Figura 2	O Reino Franco fragmentado em novos territórios	p. 25
Figura 3	A expansão do Reino Franco, desde o reinado de Clóvis até as conquistas impostas por Carlos Magno	p. 29
Figura 4	A divisão territorial do tratado de Verdun	p. 35
Figura 5	Territórios anexados pelos reis capetíngios	p. 37
Figura 6	Modificações das fronteiras ocasionadas pela Guerra dos Cem Anos	p. 43

Índice de Tabelas

Tabela 1	Evolução demográfica da cristandade ocidental, segundo fronteiras atuais, em milhões de habitantes	p. 38
----------	--	-------

Sumário

Introdução.....	10
1 A História do Estudo das Relações Internacionais.....	13
1.1 A Escola Francesa	14
1.2 Adam Watson e a Escola Britânica: o estudo do medievo	16
1.3 A Teoria Construtivista e as Relações Internacionais na Idade Média.....	18
1.4 Alexander Wendt.....	20
2 Contextualizando a Idade Média: a ascensão do povo Franco e o estabelecimento do povo francês	23
2.1 Carlos Magno e a consolidação do poder do povo Franco.....	26
2.2 A Dinastia Capetíngia: o reino da França na alta Idade Média, a consolidação da hegemonia e a Guerra dos Cem Anos	35
2.2.1 A Guerra dos Cem Anos	40
3 As Relações Internacionais na Idade Média – Agentes e Estrutura	45
3.1 As feiras medievais e sua contribuição para as Relações Internacionais	48
3.2 Os confrontos militares durante a Idade Média e suas repercussões.....	52
3.3 O Construtivismo na Idade Média – o debate entre agente e estrutura.....	56
3.3.1 Os agentes das Relações Internacionais na Idade Média	57
3.3.2 A estrutura construtivista na Idade Média	58
Considerações finais.....	59
Referências bibliográficas	61

Introdução

O estudo das relações internacionais é baseado em duas grandes vertentes: a realista e a idealista, sendo as correntes predominantes, até hoje, no estudo das Relações Internacionais. Uma vez que o período medieval se encontra pré-Westphalia, as teorias realistas e idealistas conseguem explicar o processo de internacionalização do período apenas pela Guerra dos 100 anos, não fazendo uma análise mais profunda de como o processo foi ganhando força durante os séculos. Como o período a ser estudado não pode ser analisado de uma forma mais precisa por essas duas vertentes, o presente trabalho usará da teoria construtivista, com foco nas análises do teórico Alexander Wendt, de modo a demonstrar elementos que construíram a base das relações internacionais, do reino da França, na Idade Média.

Entende-se sobre Idade Média o período logo após a dissolução do Império Romano do Ocidente, que se deu, sobretudo, devido às séries de crises econômicas do império e as invasões germânicas. Originando-se das invasões germânicas que resultaram no processo de dissolução do Império Romano, os Francos estabeleceram a mais influente monarquia de toda a Europa Medieval, tendo como prática a associação total entre o Estado e a Igreja. Do ponto de vista histórico, o território francês foi um dos lugares onde as práticas feudais tiveram maior presença em toda a Europa.

O nascimento do reino Francês se deu, em grande parte, pela figura de Carlos Magno, imperador dos francos, um dos inúmeros povos germânicos que adentraram o espaço do Império Romano e se mantiveram até mesmo depois do seu fim. Carlos construiu um novo império – o Sacro Império Romano – que contou com o apoio total da Igreja Católica. Porém, logo após o seu falecimento, o Império foi dividido entre seus três filhos, o terço oriental seguiu com o nome de Sacro Império Romano Germânico, enquanto o terço ocidental deu origem ao reino da França¹.

Com a separação e a divisão do Império, Luís, o Piedoso, filho de Carlos Magno, empreendeu novas partilhas que provocaram disputas confusas até uma aliança entre Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico. Essa aliança foi estabelecida por meio do Tratado de Verdun em uma das primeiras cooperações que o Reino da França estabeleceria. O tratado então faria a última repartição do Império, estabelecendo a parte da França ocidental para Carlos, que se tornaria o Reino Francês. Essa desintegração permitiu,

¹ JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2001)

efetivamente, a consolidação do Reino Francês e, conseqüentemente, do feudalismo na Europa, pois aumentou o poder da nobreza local.

O período da Idade Média, como um todo, foi marcado por uma grande fragmentação política e por projetos universalistas, que tinham como principal intuito o agrupamento da Europa sob uma mesma autoridade. As relações internacionais da época foram moldadas com grande contribuição da Igreja Católica, feiras medievais, o desenvolvimento da economia e das grandes disputas. Na Idade Média, a Igreja possuía grande influência no desenvolvimento das relações internacionais, atuando como um árbitro hegemônico, sobretudo com a figura do papa, nas divergências que ocorriam em toda Europa. Pode-se afirmar que a base do Direito Internacional do período medieval foi, em grande parte, graças à contribuição do clero e seus representantes que acabaram por criar as principais premissas das relações internacionais da época.

Dentro desse período a França ganha destaque, sobretudo, por sua rápida expansão demográfica, devido às conquistas territoriais durante a Guerra dos Cem Anos, outro fator que ressalta o crescimento francês no cenário da época. Todo esse crescimento afetou a economia francesa, que com a ajuda das feiras internacionais permaneceu sendo um dos reinos mais ricos daquela época, junto a Inglaterra. Com o aumento demográfico, a França logo se tornou a nação que mais crescia no período medieval, se tornando ao lado da Inglaterra o reino mais importante da época. Com isso, logo se teve uma necessidade de desenvolver o comércio, que contou com as feiras medievais como principal propulsor da economia francesa. O intercâmbio econômico juntou-se com o cultural e logo, a moeda nasceria e com ela, os cambistas que foram de suma importância para a troca de moedas de diferentes reinos.

O reino francês enfrentou um dos maiores conflitos da sua história durante esse período, a Guerra dos Cem Anos. Essa disputa entre o Reino da França e o Reino da Inglaterra durou cerca de 120 anos e moldou as fronteiras nacionais de ambos os países, o que impactou o cenário internacional da época. Ambos os países tiveram perdas até então sem precedentes, principalmente em suas economias.

O estudo das relações internacionais da França deve-se muito ao processo construído, principalmente, no período medieval. Foi nesse período que o reino – hoje país - desenvolveu suas principais premissas e, conseqüentemente, suas primeiras noções políticas. O avanço do feudalismo pós Sacro Império, as feiras internacionais, os torneios medievais e os conflitos internacionais, formaram os principais pontos para o fundamento da base internacional do Reino Francês.

A metodologia de pesquisa a ser adotada neste projeto envolve o método histórico com o intuito de demonstrar o processo de formação das relações internacionais na França no período da Idade Média alinhado à teoria construtivista para que consigam explicar essa formação. Para embasar a pesquisa serão utilizados livros de autores que estudaram exclusivamente a Idade Média, tais como Jacques Le Goff e Johan Huizinga.

O trabalho se dará através do método histórico e de fontes secundárias (livros), uma vez que, faremos uma análise de obras que mostram a Idade Média por diversos ângulos, mas tendo como principal foco o reino francês. Assim sendo, analisará todo seu processo de construção desde os francos até a consolidação da monarquia francesa, podendo assim agrupar acontecimentos relevantes durante essa fase que fizeram com que as relações internacionais da França começassem a ganhar um peso maior.

Como o projeto também se preocupa em analisar o processo de internacionalização do reino francês, a escola construtivista das relações internacionais será campo de estudo necessário para o desenvolvimento do trabalho, sobretudo na figura de um dos principais acadêmicos dessa área, Alexander Wendt. Por se tratar de uma teoria que busca explicar que a realidade é socialmente construída, ou seja, a construção social da política internacional, os elementos sociais da época explicarão o processo de internacionalização francês na Idade Média.

Sendo assim, o trabalho visa ressaltar a importância do desenvolvimento das relações internacionais do território francês nesse período, buscando aprofundar o tema pouco abordado pelos teóricos contemporâneos, usando sobretudo, da teoria construtivista para alinhar o estudo histórico ao embasamento teórico. Este trabalho será dividido em três capítulos, primeiramente iremos tratar da questão teórica das Relações Internacionais, logo depois analisaremos historicamente o período medieval e, por fim, apontaremos os aspectos da teoria construtivista que se enquadram na análise internacional do reino francês.

1. A História do estudo das Relações Internacionais

Para entender melhor o processo de internacionalização ocorrido no período medieval é válido demonstrar a história do estudo das relações internacionais e como essa se tornou uma disciplina tão heterogênea diante do contexto mundial, sobretudo nos anos 1980 e 1990 com o final da Guerra Fria.

Sob essa ótica é possível notar uma tensão analítica nos estudos das relações internacionais. O estudo sobre a ciência política internacional, já bem estabelecido, passou por um momento de redefinição, ou seja, boa parte das teorias clássicas que se preocupavam em estudar o contexto internacional perderam consistência explicativa, gerando um momento de inquietação no estudo das relações internacionais.

Tanto as vertentes realistas e como as idealistas foram afetadas, desde suas teorias mais clássicas com Maquiavel e Woodrow Wilson, quanto suas vertentes modernas representadas por Hans Mongenthau e Stanley Hoffmann. A grande maioria dos esquemas analíticos foi se mostrando precária diante dos novos desafios de interpretação impostos, sobretudo, pela nova onda de globalização pós-Guerra Fria.

Até mesmo os novos teóricos do construtivismo, como Alexander Wendt e Robert Keohane, que pretendem estabelecer a ponte adequada entre as tradições racionalistas do realismo e do liberalismo, não conseguiram ocupar um espaço hegemônico no estudo das relações internacionais em um momento de tão profunda crise paradigmática.

Essa crise só foi interrompida graças a obra de Jean-Baptiste Duroselle, *Tout empire périra*, no início da década de 1980. Ela marcou os estudos das relações internacionais em diversos lugares no mundo, como nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina, no Japão e na Austrália, ao colocar o conhecimento histórico no coração dos estudos das relações internacionais contemporâneas.

Enraizado na tradição fundada por Pierre Renouvin, Duroselle se diferenciava dos demais teóricos tradicionais pois propôs uma teoria com forte base empírica e um novo esquema de exposição com sentido prático, entrando em harmonia com a própria renovação teórica e metodológica do conhecimento social. Os desdobramentos teóricos da obra de Duroselle atualizaram conceitos e solucionaram problemas de interpretação provenientes das primeiras formulações da disciplina.

A demarcação do objeto de estudo da história das relações internacionais está inteiramente ligada a Renouvin. Ele foi responsável pelo primeiro enfoque no processo de estudo da história das relações entre os povos e as nações. Assim, graças a ele, bem

como aos seus trabalhos publicados e suas aulas, os debates sobre o estudo das relações internacionais em tratados e conferencias internacionais foram intensificados.

A explicação e a interpretação da evolução da vida internacional passaram a incluir outros atores e fatores que não eram tradicionalmente considerados nos livros disponíveis na época, por isso seu pioneirismo. Iniciado em 1953 e desenvolvido por cerca de cinco anos, Renouvin publicou, em oito volumes, a obra *Histoire des relations internationales*.

Sua obra, de até então sem precedentes, inaugurou não só o principal objeto de estudo da história das relações internacionais, mas também a primeira escola dedicada a estudar e abordar os temas do processo de internacionalização de todo o planeta: a Escola Francesa.

1.1 A Escola Francesa

Uma grande geração de estudiosos franceses desenvolveu suas pesquisas com inspiração na obra organizada por Renouvin no início de 1950. Assim, uma nova forma de estudo das relações internacionais foi estabelecida fazendo com que a França se destacasse como a primeira nação a incluir esses estudos em sua agenda.

Em sua introdução, Renouvin estabeleceu as regras para cada um dos outros três autores produzirem sua obra. Ele quis se desprender das teorias históricas hegemônicas, buscando uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional. Portanto, todos os quatro autores da obra: François-L Ganshof, Gaston Zeller, André Fugier e Pierre Renouvin seguiram suas próprias intuições, concepções e temperamentos, procurando, em cada capítulo, buscar os problemas que conduzissem a uma explicação social da vida internacional.

Renouvin passava aos seus colegas-autores o desafio da construção de uma nova explicação que buscasse, nos diferentes momentos da evolução das relações internacionais, os mais variados aspectos da vida em sociedade. Com isso nascia o conceito de “forças profundas”, um conjunto de causas sobre as quais atuavam os homens de Estado.

Entretanto, o mais importante para Renouvin era justamente a superação dos limites estabelecidos e criados pela história diplomática. No decorrer dos séculos ela foi insuficiente para explicar as grandes catástrofes do século XX, tal como as duas grandes guerras, as relações entre a guerra e a paz e, principalmente, o diálogo dos homens de Estado com a sociedade nas relações internacionais.

Daí o enfoque civilizacional que marcou a obra pioneira iniciada em 1953. Para Renouvin, havia uma clara dissociabilidade entre a história das relações internacionais e a própria história das civilizações. Nesse sentido, pode-se reconhecer nele uma preocupação muito semelhante àquela encontrada na primeira geração dos historiadores da escola da *Annale*. (SARAIVA, 2008, p.21)

O primeiro discípulo da escola francesa de Renouvin foi Jean-Baptiste Duroselle, que deu continuidade ao esforço proposto pelo seu professor em desenvolver a disciplina da história das relações internacionais. Juntos eles publicaram em 1964, a obra *Introduction à l'histoire des relations internationales*, a qual veio a ser um grande marco na disciplina.

Introduction se diferenciava de sua primeira obra, ao invés de explicar a evolução da vida internacional ela era mais uma reflexão teórica e metodológica sobre a disciplina. Renouvin e Duroselle estabeleceram objetivos bem mais limitados em sua nova obra, procurando discutir as relações entre as comunidades políticas, organizadas no quadro dos Estados na vida internacional.

Caberia a Duroselle, ao longo do tempo, a tarefa de desenvolver e expandir a disciplina, por isso participou de congressos e cursos na Suíça e nos Estados Unidos, levando os temas e problemas da disciplina, que até então eram restritos a população francesa, para outros continentes.

A atualização teórica que a disciplina teve ao longo do tempo foi resultado da escola francesa, principalmente devido à grande contribuição de Renouvin e Duroselle. Mas seria em 1979 com as obras de Duroselle, *La décadence* e *Tout empire périra* que o estudo das relações internacionais ganharia maturidade teórica.

Com *Tout empire périra*, Duroselle percebeu que os problemas que foram apresentados pelo pós-guerra haviam perdido considerável relevância no começo da década de 80. Com isso, era preciso readequar a disciplina aos novos problemas encontrados no contexto internacional. Ele enxergou a derrocada do império soviético com uma precocidade incrível, com isso, levou a escola Renouvin-Duroselle para o cerne dos estudos das relações internacionais contemporâneas.

De maneira geral, os teóricos das ciências políticas seguiam os velhos esquemas herdados da guerra-fria e da preponderância dos Estados Unidos nas relações internacionais, diferente de Duroselle, que percorreu o caminho oposto, mais interessante e com muito mais teor científico. Sua originalidade e contribuição para as relações internacionais, como um todo, se deu com temas como o do estrangeiro, das imagens do

“outro” e dos nacionalismos que explodiriam novamente na Europa no começo da década de 90.

Duroselle consolidou, assim, uma nova teoria para as relações internacionais que, enraizada na tradição do seu mentor, tomou seu lugar como uma das mais importantes teorias para o estudo das relações internacionais contemporâneas. Assim, fez com que sua escola fosse a principal base da pesquisa da história das relações internacionais na França, desde o período pós-guerra até os dias atuais.

Seguindo os caminhos traçados por Renouvin e Duroselle, René Girault surgiria como o próximo teórico da escola francesa dando enfoque ao conhecimento das relações internacionais contemporâneas. Sua obra, a *Histoire des relations internationales* é fundamental para as relações internacionais, usando os melhores elementos estabelecidos por Renouvin.

A escola francesa se tornou uma das vertentes mais conceituadas no estudo das relações internacionais, permanecendo até hoje como um dos grandes centros focados em buscar um entendimento mais pragmático do estudo das ciências políticas.

1.2 Adam Watson e a Escola Britânica: O estudo do medievo

Apesar da escola britânica não ter tido um destaque tão grande como a escola francesa, ela conseguiu entrar no debate dos estudos das relações internacionais. Houve um desenvolvimento próprio no Reino Unido, por isso que a disciplina ficou mais conhecida como história internacional do que história das relações internacionais.

A escola conseguiu formar teóricos de extrema importância para as relações internacionais, como Adam Watson. Watson que foi diplomata e professor, publicou o livro *Diplomacy: the dialogue between States*, em 1981 e um pouco mais tarde, em 1984, publicaria a obra *The expansion of international society*, com o apoio dos ensaios publicados por outros teóricos britânicos acerca da dificuldade de construção de uma teoria universal para as relações internacionais, e sobre o poder, a guerra e o império. Watson então exemplifica o funcionamento dos sistemas de Estado ao longo do tempo, traçando uma comparação e elencando suas particularidades.

Em suas obras, Watson se preocupa, sobretudo, em desenvolver uma verdadeira teoria de base histórica para a evolução do sistema internacional, desde os primórdios até a chamada sociedade internacional contemporânea. Conforme afirma José Flavio Saraiva:

Definindo os Estados como “autoridades políticas independentes que não reconhecem outras superiores e um sistema de Estados como a resultante do “reconhecimento da reivindicação por independência pelos demais Estados-membros do sistema”, Watson discute a distinção entre um “sistema de Estados” e uma “sociedade internacional”. O primeiro, anteriormente discutido

por Hedley Bull no seu *The anarchical society*, foca a rede de pressões e interesses que levam Estados a considerarem outros Estados em seus cálculos e desígnios. A sociedade internacional vincula o sistema ao conjunto de regras comuns, instituições, padrões de conduta e valores que são compartilhados e acordados por Estados. (2008, p.20)

Tais distinções não são debatidas apenas no plano teórico, em um estudo original e rico, Adam Watson examina as diversas diferenças nas experiências históricas relatadas nos principais sistemas de Estados do mundo antigo, da formação e crise da sociedade internacional europeia e da sociedade internacional contemporânea, aliando-se, assim, a um dos principais difusores do estudo das relações internacionais junto com a escola francesa.

O próprio Watson reserva em sua obra *A Evolução da Sociedade Internacional* um capítulo exclusivo para tratar da Europa Medieval, que em suas palavras foi excepcionalmente criativa e original em praticamente todos os campos. Propõe uma análise mais restrita sobre os aspectos das relações entre diferentes comunidades, as quais viriam a contribuir para os princípios e práticos atuais.

O enfoque dado a contribuição medieval para a sociedade em sua obra é imenso, o próprio Watson (2004, p.198) afirma que:

Talvez somente nas cidades Estados da Grécia antiga e nos Estados guerreiros da China possamos encontrar paralelos para a criatividade medieval. Evidentemente, os conceitos e as instituições que foram desenvolvidos na Europa Ocidental da Idade Média não foram perfeitamente implementados, mas não desabona a ideia da democracia parlamentar, por exemplo, que evoluiu na Idade Média.

Ora, por se tratar de um teórico das relações internacionais, Watson analisa as várias ações do cenário medieval, procurando elementos sociais que demonstram os demais fluxos internacionais ocorridos na época, como por exemplo a importância da figura da Igreja Católica no medievo, transmitido um sentido de universalidade e de participação coletiva a toda a cristandade latina².

A Igreja junto ao poder imperial de cada reino eram os principais atores da Europa medieval, aliança que surgiu da coexistência da Igreja Romana mesmo após o fim do império com os povos bárbaros, esses dois poderes compartilhavam a autoridade hegemônica da Europa, de modo que todas as classes sociais deviam lealdade e obediência a ambos.

² WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Editora da UnB. Brasília, 2004.

Watson escreve em seu livro que grande maioria do que se diz respeito ao que nós entendemos hoje como serviços sociais era permeado pela Igreja, demonstrando assim sua participação como a maior instituição social da Idade Média.

A medicina, os hospitais, o ensino das letras e a educação (em oposição ao aprendizado para nobres e aldeões) e a caridade, da maneira pela qual funcionavam na época, recaíam na esfera de ação da Igreja. A Igreja também se envolvia na religião, que desempenhava um papel muito maior na vida das pessoas na idade da fé do que hoje em dia, assim como em tudo que dizia respeito à ética e ao que estava certo ou errado. (WATSON, 2004, p.198)

Como a nobreza estava, geralmente, ligada aos direitos e às funções locais que acompanhavam seus domínios herdados ou recentemente adquiridos, a Igreja assumira um papel mais universal. O processo de recrutamento do clero se dava em todas as partes de diferentes cristandades, o fluxo era constante, o clero medieval podia provir de qualquer lugar na cristandade e os bispos movimentavam-se, nunca pertencendo ao mesmo lugar, pelo contrário, tendiam a repassar seu conhecimento e lecionar em outros reinos ou vilas.

Watson se preocupa em analisar o desenvolvimento da sociedade medieval e como ela impactou a geração subsequente, principalmente o que viria ser conhecido como a era moderna, com seus entendimentos sobre nacionalidade e monarcas absolutos. Assim, percebemos que a análise que ele faz sobre o desenvolvimento das relações internacionais na Idade Média e junto com a teoria construtivista formam a base teórica desse trabalho.

1.3 A teoria construtivista e as relações internacionais na Idade Média

Atualmente, o conjunto de teorias das relações internacionais é bastante amplo e tenta explicar as mais variadas situações no mundo. Nesse campo, as teorias mais antigas como o realismo e o liberalismo, não são chamadas para analisar as dimensões que envolvem a cultura, as identidades, o debate agente-estrutura. O construtivismo desempenha o papel de analisar tais pontos e ainda abre espaços para abordagens de temas que quebram paradigmas e fogem ao caráter ortodoxo das relações internacionais.

Tratar a Idade Média no contexto das relações internacionais é um exemplo que se afasta da tradição dos estudos internacionalistas. Essa tradição existe em decorrência de visualizar os eventos marcados por conflitos e/ou momentos de trégua a partir dos Tratados de Westphalia (1648), marco oficial das relações internacionais modernas. Esse conjunto de onze tratados, responsável por finalizar a Guerra dos trinta Anos (1618-1648), criou o conceito de Estado moderno através da ideia de Razão de Estado, de equilíbrio da balança de poder e de Sistema Internacional. Assim, os eventos que

antecedem Westphalia, são meramente ignorados pelas teorias clássicas das Relações Internacionais que não conseguem englobar os elementos políticos, culturais, econômicos e sociais, constituintes do internacional, de outras épocas históricas. Logo, o uso da teoria construtivista para analisar a sociedade medieval e entender melhor seu funcionamento, se faz necessário aqui.

O construtivismo cresceu nas relações internacionais graças à contribuição dada pelo teórico Alexander Wendt em sua obra *Social Theory of International Politics*, considerado por muitos como um dos principais trabalhos nessa área. Essa vertente é apresentada por Wendt como uma versão mais moderada do construtivismo que pretende distanciar-se das formas mais radicais do idealismo e do realismo.

O foco principal da teoria construtivista é, assim como o nome sugere, o estudo das relações internacionais pela análise da construção social da política internacional. A base do construtivismo é formada por três premissas básicas, são elas: a ideia de que a realidade é socialmente construída, de que as estruturas são definidas por ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais e, por fim, que as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas. Ou seja, as ideias e normas tem um papel crucial tanto na constituição da realidade e dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses. Para o construtivismo, os atores das relações internacionais estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída também por esses atores no processo de interação.

A importância e o valor da teoria construtivista para as relações internacionais repousam na ênfase dada aos fatos sociais como construção do cenário político internacional, os quais são fatos apenas por acordo humano. Assim, a teoria construtivista nada mais é do que uma ponte entre as filosofias da ciência social positivista e idealista. Como afirma o professor de ciências políticas Emanuel Adler:

O construtivismo, em oposição ao realismo ou ao liberalismo, não é uma teoria da política per se. Ele é, na realidade, uma teoria social na qual as teorias construtivistas de política internacional – como por exemplo, sobre a guerra, a cooperação e a comunidade internacional – se baseiam. O construtivismo pode iluminar características importantes da política internacional que eram antes enigmáticas e tem implicações práticas cruciais para a teoria internacional e as pesquisas empíricas. (2012, p.206)

O construtivismo surge como uma saída para aqueles que procuram entender o processo de internacionalização em eras passadas e formular novas concepções no estudo das Relações Internacionais, quando as teorias clássicas não puderem explicar. Nicholas Onuf, teórico que introduziu o construtivismo nas Relações Internacionais, afirma que a característica anárquica do Sistema Internacional nada mais é do que uma construção

social, que advém das regras, as quais podem ser modificadas e transformadas através desse processo de interação de Agentes e Estrutura.

The co-constitution of people as social beings and of society is a continuous process. Rules are central to this process because they make people active participants (or agentes) in society, and they give any society its distinctive character (or structure). Rules define agentes in terms of structures, and structures in terms of agents ... as rules change in number, kind, relation and content, they constantly redefine agentes and structures, Always in terms of each other. (ONUF apud GOULD, 1998, p.80)³

Uma vez que a estrutura para o construtivismo é entendida como fenômeno social ou cultural, formada por ideias ou conhecimento coletivo, é necessário apontar elementos históricos em que tais sociedades demonstrassem um processo de interação social. No caso da Idade Média, essa interação social é encontrada em vários elementos culturais e sociais, como as feiras medievais, o papel da igreja como um dos principais líderes políticos e as guerras.

1.4 Alexander Wendt

A teoria construtivista está inserida no chamado Terceiro Debate da Teoria das Relações Internacionais, que se deu entre as teorias racionalistas e a construtivista. Alexander Wendt se firmou como construtivista com a publicação do seu segundo artigo *Anarchy Is What States Make Of It*, publicado em 1992, sendo até hoje uma das obras mais citadas na teoria das Relações Internacionais.

Em seu artigo, Wendt faz uma dura crítica às teorias tradicionais e utilizando como base do seu estudo as Teorias Sociais, uma de suas premissas é que o conceito de Anarquia não se restringe a uma lógica única de conflito e cooperação. Wendt (1999) classifica sua teoria como um tipo de idealismo estrutural, pois encontra-se no meio termo entre a forma de abordagem idealista e a estruturalista. A primeira enfatiza esse compartilhamento de ideias, enquanto a última coloca a importância da influência das estruturas sociais ao contrário da visão individualista que reduz o sentido de estruturas apenas aos indivíduos.

Em seus trabalhos Wendt critica o neorealismo, principalmente o de Kenneth Waltz, argumentando que ele não consegue explicar as mudanças do sistema internacional, pois, diferente dele, considera a lógica da anarquia como uma constante.

³ A co-constituição de pessoas como seres sociais e da sociedade é um processo contínuo. As regras são centrais neste processo porque elas tornam as pessoas participantes ativos (ou agentes) na sociedade, e elas dão a qualquer sociedade sua característica distintiva (ou estrutura). Regras definem agentes em termos de estrutura, e estruturas em termos de agentes. (...) À medida que as regras mudam em número, tipo, relação e conteúdo, elas redefinem constantemente agentes e estruturas, sempre um em termos do outro. (Tradução livre)

Além desse posicionamento sobre a anarquia, Waltz afirma que a estrutura do sistema é dada pela distribuição de capacidades materiais de seus atores, algo que Wendt discorda completamente, pois defende que tais estruturas são na verdade formadas por distribuição de ideias e de conhecimento.

Em síntese, o construtivismo, destaca Wendt (1996), é sobretudo, uma teoria estrutural da política internacional que tem as seguintes reivindicações: i) Os Estados são atores internacionais no sistema internacional, ii) a estrutura chave no sistema de Estados é a intersubjetividade e por fim iii) a identidade e o interesse dos Estados são em grande parte construídos por essas estruturas intersubjetivas.

Essa primeira reivindicação que Wendt cita, é compartilhada com os neorealistas sendo passível das mesmas críticas que eles, já a segunda traz justamente a diferença entre os construtivistas e os neorealistas, que enfatiza justamente o recurso material em vez das estruturas intersubjetivas. Por fim, sua última reivindicação diferencia o construtivismo das teorias sistêmicas, que são mais racionalistas em sua forma e reducionistas ao afirmarem que os interesses são fatores externos às estruturas intersubjetivas (WENDT, 1996, p.48).

A teoria construtivista de Wendt foca principalmente em resolver o problema de agente e estrutura, dando o mesmo status ontológico às duas dimensões e refutando sua ideia central, a de que a Política Externa não é causada pelo agente ou pela estrutura, mas sim, por essa interação entre os dois. Com isso, para demonstrar o processo de internacionalização na Idade Média esse trabalho procura se alinhar a teoria construtivista por ser a que mais se adequa ao estudo do processo de formação do espaço Europeu nesse período.

Diante dos elementos sociais da época e a interação entre os agentes e as estruturas, é possível analisar que as relações internacionais já estavam em prática, tendo como princípio os processos culturais que serão analisados. Assim, o trabalho focará no estudo, principalmente, do estado da França por ter sido não somente o maior nesse período, como um dos mais fortes politicamente falando.

2. Contextualizando a Idade Média: A Ascensão do povo franco e o estabelecimento do Reino Francês

Antes de abordar o período medieval é necessário discorrer sobre como a queda do império Romano influenciou o seu início, uma vez que as primeiras nações medievais foram fruto dessa queda. O declínio do império Romano, outrora um dos principais impérios do mundo, deu-se por uma sucessão de problemas como as invasões bárbaras, a grande crise econômica e a disputa interna dos militares para alcançar o poder.

Os bárbaros, como eram chamados pelos romanos para designar os povos que não partilhavam os seus costumes e cultura, eram formados pelos Germanos, Eslavos e os Tártaro-mongóis. Os Germanos eram de origem indo-europeia compostos, sobretudo, pelos povos francos, saxões, bretões, vândalos e ostrogodos, e habitavam em sua maioria a parte ocidental da Europa. Já os Eslavos eram provenientes da Europa Oriental e parte da Ásia, formados em sua maioria por russos, tchecos, poloneses e sérvios. Por fim temos os Tártaro-mongóis, que eram de origem totalmente asiática, eram parte desse grupo os hunos, turcos e búlgaros⁴. Dentre os povos bárbaros os germanos foram os maiores expoentes para a formação da Europa Feudal principalmente com o grupo dos francos que conseguiu permanecer firme e estabelecer um território ao norte de Gália, esse estabelecimento deve-se muito a figura de Clóvis, o primeiro Rei dos Francos.⁵

Em meados do século V, o povo franco invadiu o território da Gália, região que hoje corresponde à França, em busca de novas terras para viver e cultivar. Nos primeiros anos os francos ajudaram a proteger as fronteiras do que ainda restava do Império Romano, lutando, como aliados, contra várias tribos germanas que passavam pelo território.

Por meio da expansão militar, os francos incorporaram praticamente todos os territórios germânicos, dominando grande parte da área ocidental que fizera parte do Império Romano. Porém, o grande crescimento expansionista ocorreu mesmo quando Clóvis, ainda um chefe guerreiro, unificou as diversas tribos francas debaixo de sua autoridade.⁶

⁴ FABER, Marcos Emilio Ekman. **Os Bárbaros e o Reino dos Francos**. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/medieval/salafrancos.htm>>. Acessado em: 19/04/2017

⁵ GALVÃO, Wanessa. **História do Reino dos Francos – Idade Média**. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/historia-do-reino-dos-francos-idade-media/>>. Acessado em : 19/04/2017

⁶ FERNANDES, Tathyana Zimmermann. **Os Francos**. Disponível em: <<http://prof-tathy.blogspot.com.br/2009/10/os-francos.html>>. Acessado em: 19/04/2017

Apesar de ser pagão, Clóvis manteve uma relação amistosa com os bispos da Gália, como já tinha feito seu pai, o que posteriormente iria lhe render uma maior estabilidade em relação ao seu reinado e algo ainda sem precedentes na história dos povos bárbaros. Em uma das suas contribuições para a Enciclopédia Católica, o historiador medieval Godofredo Kurth cita a ascensão de Clóvis e suas conquistas como rei dos Francos:

Como estadista, conseguiu o que não alcançou nem o gênio de Teodorico, o Grande, nem o de nenhum dos reis bárbaros seus contemporâneos: sobre as ruínas do Império Romano, construiu um poderoso sistema, cuja influência dominou a civilização europeia durante muitos séculos⁷.

Outra conquista importante alcançada por Clóvis foi sua conversão ao catolicismo e a aproximação do reino Franco com a Igreja católica, algo até então nunca alcançado por nenhuma outra tribo barbara, porém com consequências imensas tanto para a própria Igreja como para o futuro reino da França.

O batismo de Clóvis teve consequências incalculáveis para o destino da Igreja e da França. Clóvis, católico, foi considerado desde então como o chefe do catolicismo. Santo Avito, bispo de Vienne e primaz das igrejas da Borgonha, apressou-se em felicitá-lo: `Vossa adesão à fé é nossa vitória; todas as vezes que vós combaterdes, seremos nós que triunfaremos⁸

Após o seu batismo na Igreja Católica, que resultou em sua conversão, o reino de Clóvis tornou-se o primeiro Estado católico – propriamente dito – em meio a reinos pagãos, ou arianos, do Ocidente, ocupando uma área que hoje corresponde em grande parte ao que é a França, como mostra a figura abaixo.

Figura 1 A conquista de Clóvis em relação aos demais Reinos



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/aa/Conquests_of_Clovis.png/1200px-Conquests_of_Clovis.png Acessado em: 19/04/2017

⁷ KURTH, Godofredo. **The Catholic Encyclopedia**, Robert Appleton Company, 1908.

⁸ *Ibidem*

Essa aproximação de Clóvis com a Igreja, rendeu ao reino Franco o título de Filha Primogênita da Igreja⁹, o que marcaria o processo de cooperação entre a Igreja e a França por muitos anos. No decorrer do seu reinado Clóvis prestou grande serviço à Igreja Católica, sobretudo no combate ao arianismo e em inúmeras guerras contra as tribos bárbaras ao redor do seu reino.

Nesse mesmo período o rei dos francos foi se assenhorando dos outros reinos localizados, sobretudo, ao norte da Gália. Em alguns casos, por ser aparentado a esses outros reis, Clóvis clamou o direito de sucessão e em outros foi por aclamação popular, após essas conquistas ele se tornou soberano de quase todo território da Gália.

Foi sobretudo graças à sua conduta em relação à Igreja que Clóvis pôde estender tão facilmente seu poder sobre a Gália. Mesmo antes de sua conversão, ele mantinha relações com São Remígio e Santa Genoveva; e em seguida encontra-se perto dele São Avito, enquanto mantém relações com os bispos católicos dos reinos arianos¹⁰.

É importante lembrar que Clóvis herdou o título de governador romano do seu pai, Childerico, o que lhe ajudou muito o diálogo com os partidários de Roma, que apesar de não existir mais como instituição política sua influência permanecia grande no Ocidente. Logo ele representou para a população galo-romana a manutenção de certa influência romana, pois era vantajoso para o reino aliar-se a uma, embora distante, fonte de legitimidade, do que forçar uma ruptura completa. Logo Clóvis legitimava-se muito mais pela imitação das práticas políticas romanas, ou seja, através da hierarquias políticas e símbolos romanos, do que pela imposição da força.

Tornando-se senhor desse grande reino, Clóvis mudou sua capital para Paris, onde administrava as outras províncias através de condes, que lhe representavam diretamente, e formou uma aristocracia composta de povos francos e galo-romanos. Nessa mesma época, quase próximo a sua morte, foi redigido a Lei Sállica, o que separava de vez os francos dos povos bárbaros.¹¹

O que Clóvis fez foi organizar essas leis em códigos escritos, bem organizados que muito lembra uma constituição moderna, já que era mantida através de legislações. A lei sállica foi, sobretudo, um código civil e penal, que inclui também algumas disposições relativas a regras processuais e tarifas de composições, fora também alguns

⁹ DUFAUR, Luís. **Clóvis, Rei dos Francos, instrumento da Providência Divina**. Disponível em: <<http://heroismedievais.blogspot.com.br/2009/05/clovis-rei-dos-francos-instrumento-da.html>>. Acessado em: 19/04/2017.

¹⁰ BAYET, C. **La Grande Encyclopédie**, Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, Paris, tomo XI, verbete Clovis, p. 720.

¹¹ PITTA, Valter. **Povos Germânicos: Leis Germânicas**. Disponível em: <<http://povosgermanicos.blogspot.com.br/2010/04/leis-germanicas.html>>. Acessado em: 20/04/2017

elementos do direito privado, regulando assim todos os aspectos de vida da sociedade como crimes, impostos e calúnia, estabelecendo indenizações e punições, as quais eram conhecidas pelo alto grau de violência praticado na época¹².

É inquestionável que, sobre o reinado de Clóvis, os francos alcançaram uma das maiores reputações do cenário medieval na Alta Idade Média (séc. V a X), isso se deve, principalmente, pela aliança frutífera com a Igreja Católica, que viria ser uma das maiores intuições políticas do cenário medieval e do papel do reino dos francos como base do que viria a ser o reino Francês, formando um dos maiores e mais estáveis reinos medievais.

2.1 Carlos Magno e a consolidação do poder do povo franco

Entre os séculos VII e VIII, o grande número de reinos que foram divididos levaram o Reino Franco a se fragmentar, formando novos reinos, tais como: Nêustria, Austrásia, Aquitania e a Baviera.

Figura 2 Reino Franco fragmentado em novos territórios



Fonte: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/7a/2c/f9/7a2cf9496a4c3ed78237137001fbbd65.jpg>.
Acessado em: 20/04/2017

O território compreendido pela Nêustria passou a ser governada por Carlomano, filho mais velho de Carlos Martel, duque dos francos. Já a Austrásia ficou sob tutela do seu irmão, Pepino III, o Breve. Em meados do ano 747, Carlomano renunciou o governo, se isolando da vida pública e vivendo num retiro onde passou o resto de sua vida, o que

¹² PERES, Sophia Salerno, **Introdução à Lei Sállica**, Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/especial/podcasts/269-serie-historia-do-processo-judicial/6497-hpj-08>>. Acessado em: 20/04/2017

fez com que Pepino assumisse o controle do território da Nêustria, onde procurou consolidar efetivamente o controle dos dois reinos e expandir sua autoridade, reunificando o então fragmentado Reino Franco.¹³

Com o apoio da Igreja Católica e do Papa Zacarias, Pepino pediu ajuda para se proclamar Rei dos Francos, pois em seu lugar estava Childerico III porém quem realmente governava eram os irmãos Carlomano e Pepino. Com o aval do Papa, Pepino foi coroado Rei dos Francos em um ato público e formal que destronou Childerico e deu um fim a antiga Dinastia Merovíngia e fundando a Dinastia Carolíngia.

De fato, os francos tinham sido os primeiros germânicos a se converter a catolicismo romano, em fins do século V. Depois, em 732, Carlos Martel derrotara os muçulmanos na célebre batalha de Poitiers, ganhando o prestígio de um verdadeiro salvador da Cristandade. Seu filho, Pepino, o Breve, consolidou o pacto franco-papal. Em troca da deposição do último rei da dinastia Merovíngia e de sua própria entronização como rei dos francos, em 751, Pepino arrancou as terras italianas recém-ocupadas pelos lombardos e entregou-as à Igreja. (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 70)

A história de Carlos Magno começa quando, ainda criança, assistiu seu pai ser coroado rei dos francos em 751. Em meados de 754, o Papa Estevão II visando manter a aliança da Igreja Católica com os francos, viajou para se encontrar pessoalmente com Pepino, algo então sem precedentes, pois um Papa nunca havia ido para aquela região.

É importante ressaltar essa aliança do povo franco com a Igreja Católica, que permaneceu sendo um dos grandes fatores para que o reino conseguisse o prestígio que atingiu durante a Idade Média. Dessa forma, com a Dinastia Carolíngia não podia ter sido diferente, a Igreja teve um papel fundamental em sua expansão. O próprio Carlos Magno sabia da importância e do papel da Igreja no governo do seu pai. Segundo Banfield (1988, p.7), pela primeira vez na história, um papa deixava Roma e cruzava os Alpes. E à Carlos, filho de Pepino, o Breve, rei dos francos, fora confiada a missão de dar boas-vindas ao pontífice e de ser seu guia na última etapa da viagem.

A religião permanecia na vida de Carlos Magno e formaria a principal base do seu reinado, a união com a Igreja Católica lhe renderia muito prestígio na Europa medieval. O Papa acabaria aceitando o pedido de Pepino para ser o padrinho de seus dois filhos, Carlomano e Carlos, algo raro de se ver, principalmente para pessoas que eram de países diferentes. Sobre Carlos Magno, Banfield escreveu o que segue:

Desde a mais tenra idade, o jovem príncipe aprendera a amar intensamente a Igreja, sua mãe, rainha Bertrada, era uma mulher profundamente religiosa. E seu preceptor era o responsável por um dos maiores mosteiros da Europa. Assim, Carlos crescera cercado pelas atenções de seus padrinhos e pelo alto

¹³ VILAR, Leandro. **Seguindo os Passos da História**. Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/05/carlos-magno.html>>. Acessado em: 21/04/2017

conceito em que seu pai tinha o pontífice. Antes mesmo de lhe ser confiada a missão de receber o Papa Estêvão, o príncipe já demonstrava a piedade, a dedicação e o respeito religioso que conservaria durante toda a vida. Carlos também aprendera com o pai que apoiar a Igreja significava mais do que uma simples troca de cartas e presentes. Se necessário, o rei teria de arriscar a própria vida e a de seus súditos em defesa do papa e da Igreja. (1988, p. 9).

O cenário europeu na idade média era de constante mudança e reconstrução territorial, o grande número de disputas levou ao surgimento de diversos pequenos reinos e territórios, no caso dos francos várias disputas já estavam em curso, a grande maioria delas, para proteger as terras papais. Essas disputas foram, no mais tardar, expandida no reinado de Carlos de uma forma totalmente efetiva.

Assim que Pepino faleceu, suas terras foram divididas para seus filhos, como era de costume dos reis merovíngios, e não apenas para o primogênito. Carlos logo ganharia destaque como rei, se preocupando com a gerência dos seus territórios e as mais diversas questões, sejam elas políticas, econômicas, sociais e até mesmo legais.

Em um cenário que reunia várias etnias e classes sociais, Carlos logo reformularia o sistema monetário vigente, assim como o judiciário, legislativo e educacional, buscando sempre ser um líder ativo e fiel aos seus súditos. Algo incomum praticado por Carlos foram suas diversas viagens pelo império, a fim de averiguar as cidades, feudos e vilas. O entendimento que se tinha do internacional ainda era pequeno, porém foi com Carlos que os francos começaram a se tornar uma grande nação, superando as barreiras de um mero território europeu e tomando molde de um grande império, com força internacional.

Muito desse feedback que era recebido por Carlos vinha dos seus chamados *missi dominici*, que nada mais eram do que emissários do próprio rei, os quais percorriam várias províncias e cidades, fiscalizando a situação local e depois reportando para Carlos. Por se tornar um grande reino, de extensão imensa, muitos povos surgiram em seus territórios, o que levou a um choque de cultura em muitos casos, principalmente no âmbito econômico.

O rei também aprimorou o sistema de comunicação e o comércio. Abriu muitas estradas e construiu pontes, além de manter as antigas em bom estado de conservação. Chegou até mesmo a tentar construir, embora sem sucesso, um canal ligando o Danúbio ao Reno. À medida que os vários povos componentes do reino franco entraram em contato com os outros, começaram a surgir desavenças por causa das diferentes moedas, pesos e medidas usados no comércio. Carlos estabeleceu então um sistema único de moedas e medidas, válido para todo o reino. (BANFIELD, 1988, p. 49).

Com essa expansão territorial, vários problemas viriam a aparecer nos limites francos. Dessa forma, Carlos teve que se preocupar com as questões fronteiriças do seu majestoso reino, principalmente no que se diz respeito aos Saxões. A relação com a Saxônia até a morte do seu pai - Pepino, o Breve - era relativamente boa, conseguindo

manter a paz durante os anos. Entretanto, com Carlos no poder os saxões passaram a ser um dos maiores inimigos do reino franco, enfrentando-os várias vezes para tentar assegurar a paz na região da Saxônia e, principalmente, para impor o cristianismo a força aos saxões.

A primeira campanha contra os saxões ocorreu quando estes incendiaram uma igreja franca. Era o pretexto que Carlos esperava: estava ansioso para mostrar a qualidade de seus soldados e sabia que só um grande desafio faria nascer entre seus homens um forte sentimento de união e orgulho. O aspecto religioso do conflito que se avizinhava era igualmente importante, pois o rei sonhava converter os saxões ao cristianismo. (BANFIELD, 1988, p. 15).

Fora o embate contra os saxões, Carlos teve que se preocupar com o avanço do povo lombardo, que decidiu atacar o povo franco depois que Carlos se separou da filha do rei lombardo, Desidério, a qual havia sido a segunda esposa do rei franco. Entretanto, esse não foi o principal motivo do embate, as terras papais estavam ameaçadas por causa dos lombardos, então, a pedido do papa, Carlos Magno enviou o exército para seu auxílio.

Em outra expedição de sucesso, Carlos conquistou grande parte do Reino Lombardo, até cercar a capital, Pavia, onde o rei se encontrava. Sabendo que não conseguiria invadir, pois a capital estava bem guarnecida de soldados, ele ordenou que a cidade fosse sitiada até que esgotasse os suprimentos e o rei se rendesse. Ainda datava o ano de 773 d.C. quando Pavia ainda permanecia sitiada e Carlos reuniu suas tropas para conhecer Roma, algo que há muito tempo ansiava em realizar.

Em Roma, Carlos ficou amigo do Papa Adriano I, que se tornou seu maior aliado durante os anos que reinou o povo franco. Adriano, assim como Carlos, era um homem atencioso, cortês, gostava de artes e cultura, em sua visita a Roma muito lhe foi passado sobre o passado do povo romano. Depois de passar alguns dias em Roma, Carlos voltou à Pavia, que se rendeu depois de nove meses sitiada. Afim de uma atitude que mostrasse poder, Carlos exilou o rei e sua família, além de se autoproclamar rei dos lombardos, região que agora faria parte permanentemente do, já extenso, reino franco.

Por meados do ano de 782, Carlos marchou novamente contra Saxônia, dessa vez com um exército muito maior, querendo de uma vez por todas resolver esse conflito que já durava alguns anos. Widukind, rei dos saxões, não pôde fazer nada para impedir o avanço dos francos em seu reino, tomando a decisão de se render para evitar mais perdas em ambos os lados.

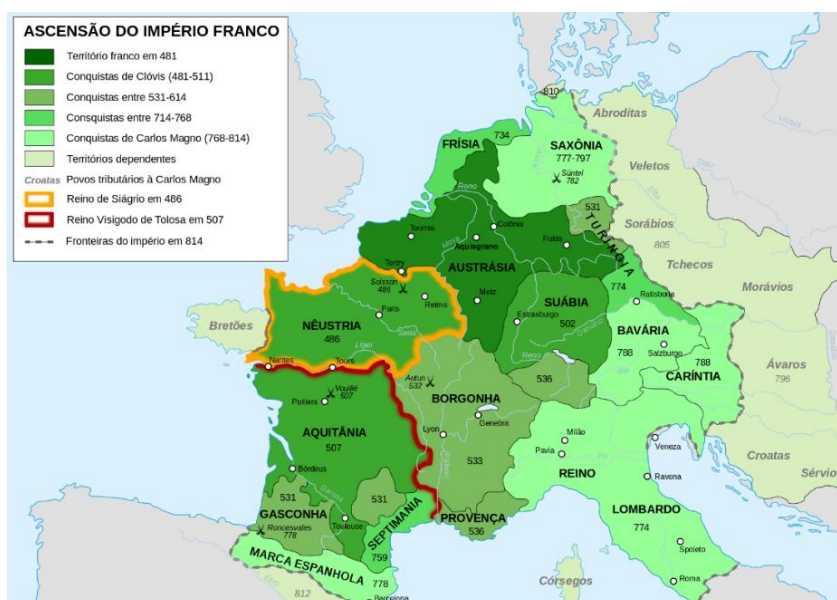
Finalmente, após três anos de luta encarniçada que ceifou milhares de vidas e devastou os campos saxões, esgotando os recursos de ambos os lados envolvidos no conflito, veio a oportunidade de uma solução totalmente nova: Widukind ofereceu a sua rendição incondicional e declarou-se disposto a aceitar a fé cristã. Foi um acontecimento memorável, pois tanto os francos quanto os saxões admiravam a coragem, a determinação e a habilidade do

chefe saxão. A fim de evitar mais sofrimento para o seu povo, o grande líder guerreiro concordava em entregar suas armas e renunciar aos deuses pagãos. Carlos preparou uma grande cerimônia e foi ele próprio o padrinho de Widikind, cobrindo o afilhado de presentes". (BANFIELD, 1988, p. 29).

Carlos tinha como objetivo principal, após esses grandes números de expedições militares - com o intuito de expandir seu território e de também espalhar a fé cristã -, a administração do seu vasto território, visto que o espaço geográfico do Reino Franco tinha mudado bastante desde suas conquistas. Eginhardo, amigo e biógrafo de Carlos escreveu sobre a extensão das conquistas empregadas por ele:

He so largely increased the Frank kingdom, which was already great and strong when he received it at his father's hands, that more than double its former territory was added to it. The authority of the Franks was formerly confined to that part of Gaul included between the Rhine and the Loire, the Ocean and the Balearic Sea; to that part of Germany which is inhabited by the so-called Eastern Franks, and is bounded by Saxony and the Danube, the Rhine and the Saale-this stream separates the Thuringians from the Sorabians; and to the country of the Alemanni and Bavarians. By the wars above mentioned he first made tributary Aquitania, Gascony, and the whole of the region of the Pyrenees as far as the River Ebro, which rises in the land of the Navarrese, flows through the most fertile districts of Spain, and empties into the Balearic Sea, beneath the walls of the city of Tortosa.^{14 15}

Figura 3: Gráfico mostra a expansão do Reino Franco, desde o reinado de Clóvis



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/40/Frankish_Empire_481_to_814-pt.svg/1735px-Frankish_Empire_481_to_814-pt.svg Acessado em: 27/05/2017

¹⁴ Tradução livre: Ele ampliou tão largamente o reino franco, aliás já grande e forte quando o recebeu das mãos de seu pai, que adicionou mais que o dobro de seu território anterior. A autoridade dos francos foi anteriormente delimitada à parte da Gália incluída entre os rios Reno e Loire, o Oceano e o mar Báltico, além da Germânia, habitada pelos então chamados francos do Leste, e ligada pela Saxônia e pelo Danúbio, pelo Reno e pelo Saale – esse extremo separa os túringsios dos sorábios – e ao país dos alemães e dos bávaros. Pelas guerras acima mencionadas, ele fez com que pagassem impostos a Aquitânia, a Gasconha e toda a região dos Pireneus até o rio Ebro, que nasce na terra dos navarros, flui pelos terrenos mais férteis da Espanha e deságua no mar Báltico, abaixo dos muros da cidade de Tortosa.

¹⁵ Eginhardo. **Vita Caroli Magni**. 1911. Disponível em:

<<https://archive.org/details/einhardivitakaro25einh>>. Acessado em: 23/04/2017

A Figura 3 explana um pouco o tamanho do território conquistado por Carlos durante seu reinado. O Reino Franco permanecia sendo um dos grandes reinos da Europa medieval, partilhando com o Reino Inglês a supremacia europeia.

Após as grandes campanhas militares, Carlos passaria um bom tempo sem se dedicar a expansão do Reino Franco, ao invés disso, permaneceu focado em administrar seu vasto reino, viajando com mais frequência pelos condados e vilas, afim de avaliar os problemas da produção alimentícia e manufatureira, assim como a questão do comércio. Além disso, deu uma atenção especial ao progresso da cultura e educação em seu reino, pois o mesmo apenas aprendeu a ler e escrever na fase adulta, e se viu motivado em difundir a educação aos seus súditos e principalmente, aos seus filhos, futuros herdeiros do seu reino.

O rei começava a planejar o futuro dos filhos quando estes ainda eram pequenos. Observava atentamente cada aspecto de sua educação para se certificar de que se mostrariam dignos das coroas que um dia usariam. Para ele, um rei digno do nome precisava ser civilizado e audacioso. Seus três filhos - Carlos, Carlomano e Luís - tiveram como preceptores os maiores sábios da época. (BANFIELD, 1988, p. 44-45).

Por volta de 791, Carlos decidiu criar uma nova capital para o Reino Franco, sem nenhum tipo de escolha estratégica aparente, o local escolhido foi a antiga cidade romana de Aquisgrano, a qual foi totalmente reformada para atender o título de capital dos Francos. A capital logo se tornaria um marco entre todos os outros reinos medievais, não somente por sua beleza inigualável, mas também pelo perfeito equilíbrio entre Estado e Igreja, algo praticado por Carlos desde o começo do seu reinado.

E Aquisgrano realmente foi uma grande cidade, com a marca indiscutível do homem que a criou. Logo após o início das construções os francos se apossaram do tesouro dos ávaros e não mediram despesas. O núcleo da nova capital era formado pelo palácio e pela capela, símbolo perfeito da igualdade e da união entre Estado e Igreja. Cada um destes edifícios era absolutamente soberbo. O palácio tinha inúmeros aposentos especiais - a sala do tesouro, a biblioteca, sala de armas, os aposentos privados. Na área de lazer, o monarca fez construir uma grande piscina de mármore, com capacidade para mais de cem pessoas, que recebia água quente diretamente das fontes termais. (BANFIELD, 1988, p. 48).

Em Aquisgrano Carlos não mediu esforços para realizar o que, em sua época, era considerado uma ideia além do tempo: a ideia de educação para todos. Por mais que tenha sido uma ideia desafiadora, ele ordenou a construção de escolas nas grandes cidades do Reino Franco, aumentando e muito o fluxo de imigrantes, sejam estudantes ou professores, no seu reino.

A reputação da escola do palácio logo se espalhou, atraindo professores de toda a Europa. Entre eles, havia um que chamou a atenção do rei: era um monge inglês chamado Alcuíno, de inteligência extraordinária. Carlos fez-lhe uma proposta irrecusável para morar no palácio e coordenar seu programa educacional. Sob a direção do monge erudito, o sonho de Carlos de elevar o

padrão educacional dos francos começou a se tornar realidade. (BANFIELD, 1988, p. 51).

Sua amizade com Alcuíno foi muito frutífera para seu Reino, o sistema educacional criado por eles foi bem estruturado, sendo dividido em disciplinas diversas tais como geometria, gramática, retórica e filosofia, esse modelo foi usado durante quase toda Idade Média, só vindo mudar com o surgimento das universidades. A formação de um sistema educacional, que buscou o conhecimento fora da extensão territorial do povo Franco, também foi um dos legados deixado por Carlos em seu reinado.

Em 800, Carlos decidiu ir a Roma com o intuito de coroar seu filho Carlos como rei dos francos, como era de costume da monarquia franca coroar os principais ainda em vida do seu pai, o papa realizou a cerimônia de coroação. Sua recepção ao chegar na cidade foi incrível, foi aclamado na rua como seu herói e soberano. Pouco se sabe sobre a cerimônia de coroação do príncipe, todavia, seu biógrafo e amigo Eginhardo fala um pouco como foi aquele momento.

When he made his last journey thither, he also had other ends in view. The Romans had inflicted many injuries upon the Pontiff Leo, tearing out his eyes and cutting out his tongue, so that he had been compelled to call upon the King for help [Nov 24, 800]. Charles accordingly went to Rome, to set in order the affairs of the Church, which were in great confusion, and passed the whole winter there. It was then that he received the titles of Emperor and Augustus [Dec 25, 800], to which he at first had such an aversion that he declared that he would not have set foot in the Church the day that they were conferred, although it was a great feast-day, if he could have foreseen the design of the Pope. He bore very patiently with the jealousy which the Roman emperors showed upon his assuming these titles, for they took this step very ill; and by dint of frequent embassies and letters, in which he addressed them as brothers, he made their haughtiness yield to his magnanimity, a quality in which he was unquestionably much their superior.¹⁶

Depois de quase três séculos e meio, outro homem receberia o título do homem mais poderoso da Europa Antiga, o de imperador romano. Apesar de ter sido pego de surpresa pela coroação e título que foi concedido pelo Papa, Carlos não renunciou, pelo contrário, manteve para si e decidiu criar um novo reino, um novo império cristão, revivendo a tradição romana e mesclando com a identidade germânica da qual vinha os

¹⁶ Tradução livre: Quando fez sua última jornada, ele também tinha outros fins em vista. Os romanos tinham infligido grande número de injúrias ao pontífice Leão, arrancando seus olhos e cortando sua língua, de modo que ele teve de chamar o rei para socorrê-lo. Desse modo, Carlos foi a Roma restabelecer a ordem nos assuntos da Igreja que estavam bastante confusos, e lá passou todo o inverno. Foi então que recebeu os títulos de imperador e augusto, os quais primeiramente teve aversão quando declarou que se soubesse dos projetos do papa não teria entrado na igreja no dia em que lhe foram conferidos, mesmo sendo um dia de celebração. Ele suportou muito pacientemente a suspeita que os imperadores romanos demonstraram de sua atitude de assumir estes títulos, pois eles aceitaram isto doentamente; e à força das frequentes embaixadas e cartas nas quais destinou a eles como irmão, fez a soberba deles render-se à sua magnanimidade, uma qualidade que era inquestionavelmente superior a eles.

francos. Assim, esse novo império ficou conhecido como o Sacro Império Romano Germânico.

Sabe-se que Carlos governou por cerca de 14 anos como imperador dos romanos, tendo realizado um reinado pacífico, voltado sobretudo para administração interna do seu imenso império e principalmente da consolidação e reformulação das leis. Sobre essas reformas, Eginhardo cita algumas das mais importantes.

It was after he had received the imperial name that, finding the laws of his people very defective (the Franks have two sets of laws, very different in many particulars), he determined to add what was wanting, to reconcile the discrepancies, and to correct what was vicious and wrongly cited in them. However, he went no further in this matter than to supplement the laws by a few capitularies, and those imperfect ones; but he caused the unwritten laws of all the tribes that came under his rule to be compiled and reduced to writing. He also had the old rude songs that celebrate the deeds and wars of the ancient kings written out for transmission to posterity. He began a grammar of his native language. He gave the months names in his own tongue, in place of the Latin and barbarous names by which they were formerly known among the Franks. He likewise designated the winds by twelve appropriate names; there were hardly more than four distinctive ones in use before.¹⁷¹⁸

Por volta de 801, Carlos voltaria para Aquisgrano, capital do seu império, onde viveria até o fim da sua vida. Lá ele começou a pensar nas mudanças que deveria fazer para seu novo império, o maior de toda Europa. Apesar de seu título, ele nunca quis muito luxo como os antigos imperadores, pelo contrário, permaneceu com seus trajes habituais e nem mesmo adotou o título de César.¹⁹

Foi nesse período que o imperador começou a desenvolver sua relação exterior com outros Reinos e terras, ele enviou uma embaixada para Bagdá para tratar com o califa um termo de paz entre os cristãos e muçulmanos acerca da Terra Santa. Em nenhum momento Carlos pensaria em travar uma guerra contra o califa, isso só viria a acontecer cerca de dois séculos depois com o início das Cruzadas. O califa Harum-al Rashid aceitou a proposta de amizade do imperador e em 802 foi enviado uma embaixada e vários presentes para Carlos em forma de selar sua amizade e união, entre eles um elefante o

¹⁷ Tradução livre: Foi depois de ter recebido o título imperial que, descobrindo que as leis de seus povos eram muito defeituosas (os francos tinham duas séries de leis muito diferentes em muitas particularidades), ele determinou adicionar o que faltava para reconciliar as discrepâncias e corrigir o que estava errado, e incorretamente citado nelas. Contudo, em relação a esse assunto, ele não fez nada além de suplementar as leis com algumas capitulares imperfeitas. Mas fez com que as leis consuetudinárias de todas as tribos que estavam sobre seu governo fossem compiladas e reduzidas para a escrita; fez com que os velhos e grosseiros cantos que celebravam os atos e as guerras dos antigos reis fossem escritos para serem transmitidos para a posteridade; começou uma gramática de sua língua nativa; deu o nome dos meses em seu próprio idioma, substituindo o latim e os nomes bárbaros, que eram conhecidos antigamente entre os francos. Ele igualmente designou os ventos por doze nomes apropriados, pois havia apenas mais que quatro nomes distintos em uso anteriormente.

¹⁸ Eginhardo. 1911

¹⁹ VILAR, Leandro. 2013

qual teria um valor imenso para o imperador. Segundo Banfield (1988, p. 70), A chegada do elefante a Aquisgrano marcou um dia de festa, pois o povo franco desconhecia esse animal. O elefante passou a viver no palácio, onde divertia os membros da corte, balançando sua tromba. E o próprio imperador gostou tanto do animal que o tratava como a um amigo.

Durante os anos anterior a sua morte, o imperador continuou sendo um homem digno, resolvendo as grandes questões do seu império, entretanto, a fraqueza do seu império foi logo descoberta, a armada naval de Carlos era fraca, o que permitiu que vários vikings pudessem fazer ataques relâmpagos, saqueando e destruindo mosteiros e vilarejos. Os vikings eram apenas um dos grandes problemas que Carlos teria que passar durante essa fase.

No ano de 810, as más notícias se multiplicaram: primeiro, morreu Gisla, uma irmã que Carlos amava muito; depois foi a vez do elefante Abul Abbas, o inseparável companheiro do imperador; a seguir, o Império Franco foi assolado por uma peste que atacou o gado; e, para terminar, faleceram a filha favorita de Carlos, Hrodruud, e o filho Pepino. Estas séries de mortes fizeram que o imperador mergulhasse num período de profunda depressão. (BANFIELD, 1988, p. 72).

Após a morte de Pepino, Carlos passou a dar mais atenção ao seu testamento e lado espiritual, deixando um pouco de lado a administração do império. Se preocupou em estipular a maior parte da sua fortuna, 11/12 avos, para doação a Igreja católica. E em 811 mais uma notícia que abalou o imperador, seu filho, Carlos, o Jovem faleceu de forma misteriosa. Ele era considerado o mais parecido com seu pai e era o príncipe coroado para assumir o império do seu pai, porém depois de sua morte só restava Luís, o filho rebelde.

Agora só existia um filho a quem Carlos poderia passar o grande império que construía. Dentre todos os seus filhos, Luís era o que menos parecia ter o caráter e a coragem que caracterizavam a família imperial. As deficiências de Luís eram tão sérias que os membros da corte achavam que as leis de sucessão deveriam ser desconsideradas e a coroa entregue a um dos netos do imperador. Mas Carlos, profundamente conservador, insistia em seguir a tradição. Embora duvidasse da competência do filho, acreditava que Deus deveria ter algum bom motivo para fazer de Luís o imperador. (BANFIELD, 1988, p. 73).

Foi em 813 que Carlos chamou seu filho, Luís, à corte para instruí-lo a se tornar um homem justo, honesto e, principalmente, que respeitasse a fé cristã. Em setembro desse mesmo ano, pai e filho oficializaram a sucessão de Luís como próximo imperador e Rei dos francos em uma cerimônia onde seu biógrafo, Eginardo, estava presente e descreve.

Toward the close of his life [813], when he was broken by ill-health and old age, he summoned Louis, King of Aquitania, his only surviving son by Hildegard, and gathered together all the chief men of the whole kingdom of the Franks in a solemn assembly. He appointed Louis, with their unanimous consent, to rule with himself over the whole kingdom and constituted him heir to the imperial name; then, placing the diadem upon his son's head, he bade

him be proclaimed Emperor and his step was hailed by all present favor, for it really seemed as if God had prompted him to it for the kingdom's good; it increased the King's dignity, and struck no little terror into foreign nations.²⁰²¹

Pouco tempo depois, em 814, Carlos faleceu, deixando um legado enorme para todo povo franco, tornando-se ao longo dos anos tema de lendas, canções e poemas, todas elas exaltando suas virtudes como um bom monarca e, principalmente, um líder da cristandade na Europa medieval. Seu longo reinado trouxe novos elementos para o medievo, trazendo mudanças não só no território conquistado por ele, mas como todos os outros reinos e feudos da Europa. Luís, o Piedoso, filho e sucessor de Carlos governou cerca de 30 anos, mas não teve a mesma competência do pai, o que resultou na divisão do território conquistado por Carlos Magno.

2.2 A Dinastia Capetíngia: O Reino da França na Alta Idade Média, a consolidação da hegemonia e a Guerra dos 100 anos

Com a morte de Carlos Magno e do seu filho, Luís I, o piedoso, houve uma crise entre os herdeiros sobre quem ficaria com cada parte do território franco. O Tratado de Verdun, celebrado em 843, dividiu o Império Carolíngio em três partes para os três netos do imperador, fazendo com que Carlos, o Calvo, ficasse com a parte da Francia Ocidental, território que corresponde, aproximadamente, ao da França moderna.

Apesar de ter tido um reinado pacífico, Carlos, o Calvo, teve que se preocupar com o avanço das incursões dos vikings, que aumentaram de volume devido à desunião dos irmãos pós Tratado de Verdun. Em 911 os vikings, liderado por Rollo, obtiveram de Carlos, o território do curso inferior do Sena, o qual recebeu o nome de Normandia.

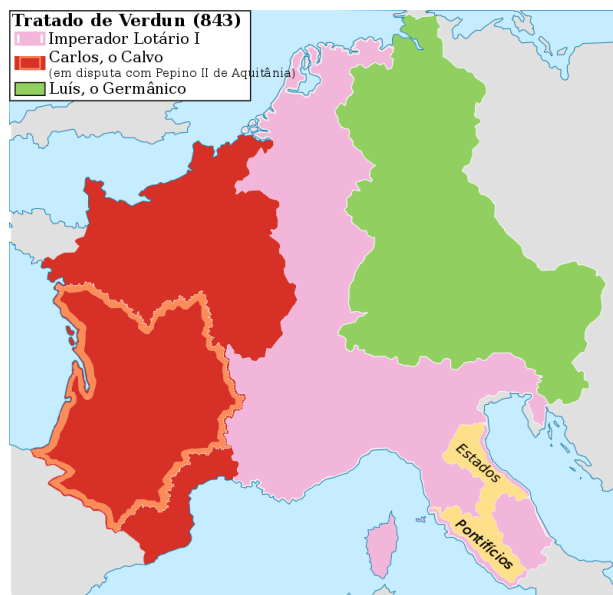
Não obstante as invasões vikings, o território da Francia Ocidental não foi atingindo, pelo contrário, permaneceu basicamente o mesmo acordado pelo Tratado de Verdun. Com o passar dos anos a dinastia carolíngia foi perdendo seu prestígio e força para se manter diante do trono, e com a morte de Luís V, último rei carolíngio, a dinastia teve seu fim. Sobre os vários conflitos que ocasionaram a vitória de Hugo Capeto, Umberto Eco escreve:

²⁰ Tradução livre: Perto do fim de sua vida, em 813, assim que foi derrotado pela má saúde e pela avançada idade, ele chamou Luís, rei da Aquitânia, seu único filho sobrevivente com Hildegarda, e reuniu todos os chefes homens do reino dos francos em uma assembleia solene. Ele designou Luís, com a consente unanimidade de todos, para governar com ele sobre todo o reino e nomeou-o herdeiro do título imperial. Então, colocando a coroa sobre a cabeça de seu filho, convidou-o a ser proclamado imperador e isto foi aplaudido por todos os presentes, pois parecia que Deus tinha sugerido que ele seria um bom reinante. Isto aumentou a dignidade do rei, e causou muito medo às nações estrangeiras.

²¹ Eginhardo. 1911

Durante o século seguinte, a vida das regiões francesas é caracterizada por uma luta contínua pela supremacia entre o ramo supérstite dos carolíngios e os herdeiros de Odo, conde de Paris, que querem apoderar-se do trono da França Ocidental, da qual foi destronado após um parecer dos senhores feudais em 893. Os senhores feudais aclamavam rei Luís IV (920-954, rei desde 936), inexperiente e sem seguidores, que deve fazer as contas com Hugo, o Grande, conde de Paris (897-956). No final, o conflito dilui-se após o descontentamento da corte imperial germânica relativamente à política do filho Lotário (941-986). Nesta insatisfação participam os senhores feudais franceses, que, com a morte de Luís V (966-987), reconhecem Hugo Capeto como soberano, filho de Hugo, conde de Paris. (ECO, UMBERTO, pg.72)

Figura 4 - A divisão territorial do Tratado de Verdun



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ab/Carolingian_empire_843.svg.
Acessado em: 01/05/2017

Assim, iniciou-se aquela que se chamou de Dinastia Capetíngia, iniciada por Hugo Capeto, duque dos francos, em 987. Hugo chegou ao trono apoiado pelos grandes nobres e principalmente pelo prestígio que tinha no meio político franco. Sua dinastia foi por muito tempo parecida com a da linhagem carolíngia, que continuaram sendo senhores feudais como quaisquer outros, vivendo essencialmente da renda proporcionada por seus domínios, o ducado da França.

No decorrer dos séculos XI e XII, na França ocidental, como consequências da eleição ao trono pelos senhores feudais de Hugo Capeto, em 987, afirma-se a dinastia com o seu nome. Um elemento de peso no seu êxito é a prática inédita de associar o filho mais velho, estabelecendo a hereditariedade da carga real que substitui o princípio eletivo. Durante os dois séculos, o reino feudal joga uma complexa partida contra o bastante mais poderoso Estado anglo-normando, contra o poder imperial do Sacro Império Romano e contra os grandes senhores territoriais. A iniciativa capetiana tem êxito, e com Filipe II Augusto, no início do século XIII, o Estado capetiano alcança os limites naturais (ECO, UMBERTO, Idade Média vl.2, 2 edição, pg.71)

O rei da França era então o suserano supremo, portanto nominalmente superior a todos os grandes e pequenos nobres da França, embora houvesse vassallos mais poderosos

do que ele. Por volta do século XII, a França continuava com a mesma dimensão com que ficara no Tratado de Verdun. Na prática, a França medieval se encontrava territorialmente fragmentada e politicamente descentralizada, e foram justamente essas questões que os reis da dinastia Capetíngia tentaram corrigir.

Durante a dinastia Capetíngia as instituições administrativas básicas da monarquia francesa começaram a se desenvolver, incluindo os parlamentos e a assembleia representativa. Essa centralização política e a unificação territorial da França foram conduzidas por meio não só de casamentos negociados e heranças, mas principalmente pelas guerras. Os primeiros passos em direção à unidade territorial foram dados pelos reis capetíngios Filipe Augusto (1180-1223) e Filipe, o Belo (1285-1314), e os principais obstáculos a essa unidade foram colocados pela Inglaterra e pelo ducado de Borgonha, contra os quais lutaram os reis franceses durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Filipe Augusto, enquanto rei, conseguiu novos territórios no norte da França por intermédio do seu primeiro matrimônio, além de assegurar o controle real sobre Vexin, uma área pequena - porém crucial - no rio Sena, para construir a fronteira entre a Normandia e seu reino. Por volta de 1204, Filipe empreendeu a conquista militar da Normandia e de Anjou, anexando parte dos territórios para o seu reinado.

Os reis capetos continuaram com a tradição franca da aliança com a Igreja Católica, suas coroações eram tradicionalmente na catedral de Reims, participando de um ritual que envolvia o uso de óleo sagrado em seus corpos, o que lhes elevava a condição de representante de Deus na terra. Essa autoridade dos reis era reforçada pelo apoio da igreja, e eles sempre fizeram valer os direitos feudais ao seu favor. Apesar dessa aproximação com a igreja, em última instância tudo dependia do poder pessoal do monarca. Exemplo disso é que foi graças ao prestígio pessoal que Filipe Augusto usou de modo efetivo a sua condição de suserano supremo, administrava pessoalmente o feudo de seus vassallos, cobrava o direito de transmissão de herança e obrigava seus vassallos da participação militar.

Esse tipo de poder dos reis franceses, principalmente por serem grandes senhores feudais, era o mecanismo feudal com que eles contavam para o exercício do poder, de se legitimar como monarca. Todavia, à medida que o reinado de Filipe Augusto florescia, a unificação territorial e a centralização política tomaram um molde muito maior, fazendo com que algumas instituições feudais fossem ganhando funções administrativas e outras criadas do zero.

Figura 5 - Territórios anexados pelos reis capetíngios



Fonte: https://www.brown.edu/Departments/Italian_Studies/dweb/images/maps/decworld/france-growth.jpg. Acessado em: 25/05/2017

A corte, assembleia dos vassalos, passou a reunir os conselheiros íntimos de Filipe Augusto e para expandir as ordens dos reis para diversas regiões foi criada a chancelaria, e as rendas reais passaram a ser objeto de atenção específica com o fim de se controlarem os gastos. Esses gastos só aumentariam com as disputas e alianças feitas por Filipe durante seu reinado, uma delas inclusive, com o próprio rei da Inglaterra com o intuito de combater senhores feudais que tinham como objetivo destruir o reino capetiano.

O capetiano Filipe II Augusto (1165-1223, rei desde 1180), após uma fase de negociações com o rei da Inglaterra, humilha-se ao ponto de pedir proteção para poder enfrentar a poderosa aliança dos grandes senhores feudais do Nordeste decididos a destruir o reino capetiano. Uma vez bloqueada a ameaça do Oriente, o soberano francês inicia uma fase de contestação do poder anglo-normando, que, a partir de 1187, culmina no conflito que tem como protagonistas a França capetiana e a Inglaterra, liderada por Ricardo Coração de Leão (1157-1199) e, numa fase posterior, por João Sem Terra (1167-1216). (ECO, UMBERTO. Pg.75)

Por volta de 1201, o soberano capetiano processa João Sem Terra, por este lhe ter recusado a vassalagem feudal, destituindo-o formalmente de todos os feudos presentes no território francês, invadido sucessivamente os territórios da Normandia, Poitou, Anjou, Bretanha e Turena. Com essa investida, deixou de existir em território francês qualquer força capaz de contestar o poder capetiano, que atraiu para a sua órbita todas as outras potências feudais, até se concretizar a tendência para a unificação.

Com o poder acumulado durante suas conquistas, a dinastia capetiana também se revela contra o imperador do Sacro Império Romano, de forma que seu exército é derrotado na batalha de Bouvines em 1214. O objetivo de Filipe Augusto e, posteriormente, seu filho Luís VIII, foi dirigir-se para o sul da França, onde o Estado feudal de Tolosa constituía uma realidade de relevo no mundo mediterrâneo.

Em 1215, seguindo os passos do seu pai, Luís VIII segue para o sul da França e, em 1226, conquista esta região que, com o consenso do papa, é incorporada no restante do Estado capetiano. O reino da França ocidental alcança assim o Mediterrâneo e adquire total controle de uma boa parte dos limites naturais do país. Em pouco mais de cem anos, de 1086 a 1200, a sua população aumenta 75 por cento, passando de cerca de seis milhões de habitantes para cerca de 9 milhões.

Tabela 1 Evolução demográfica da Cristandade ocidental, segundo fronteiras atuais, em milhões de habitantes.²²

<i>Países/Anos</i>	200	400	600	800	1000	1100	1200	1300	1400	1500
<i>Alemanha</i>	3,5	3,5	3	3,25	3,5	4	6	9	6,5	9
<i>Bélgica e Luxemburgo</i>	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6	0,9	1,25	0,8	1,25
<i>Espanha</i>	5	4,5	3,5	3,75	4	4,5	5,5	7,5	5,5	6,5
<i>França</i>	6,5	5	4,5	5	6,5	7,75	10,5	16	11	15
<i>Países Baixos</i>	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,6	0,8	0,6	0,9
<i>Inglaterra e Gales</i>	0,7	0,8	0,6	0,8	1,5	1,75	2,5	3,75	2,5	3,75
<i>Itália</i>	7	5	3,5	4	5	5,75	7,25	10	7	10
<i>Portugal</i>	0,5	0,5	0,4	0,4	0,6	0,7	0,9	1,25	0,9	1,25
<i>Suíça</i>	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,8	0,6	0,8
Totais	24,1	20,1	16,3	18	22,1	25,85	34,65	50,35	35,4	48,45

Fonte: JÚNIOR, 2001.

A Dinastia capetiana vingou até o ano de 1328, quando o último descendente direto de Hugo Capeto, Carlos IV, faleceu dando um fim a mais de trezentos anos de reinado. Por não ter tido um filho homem, Carlos não conseguiu manter a linhagem masculina da Casa de Capeto e suas três filhas não puderam suceder ao trono pois na França ainda vigava a lei sálica, que excluía mulheres do trono, o que mais para a frente ocasionaria a maior batalha medieval da Europa, a Guerra dos Cem Anos.

2.2.1 A Guerra dos Cem Anos

²² JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2001.

O rei foi sucedido por sua sobrinha Joana II em Navarra e na França por seu primo Filipe VI, filho de Carlos de Valois. Essa sucessão não foi pacífica, sendo a causa primordial da guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra - liderada por Eduardo III, neto de Filipe IV da França. Eduardo III era o parente homem mais próximo ao rei, que herdaria o título através de sua mãe Isabel da França, irmã de Carlos IV. Porém, Eduardo não poderia ascender ao trono, devido à rigorosa lei sálica, à qual sua mãe estava sujeita. Em um primeiro momento, Eduardo aceitou a coroação de Filipe V mas, com o tempo, passou a reivindicar o trono depois de vários desacordos com o novo rei, episódio que culminou na Guerra dos Cem Anos, em 1337.

A causa imediata do conflito foi puramente conjuntural: um a um, os três filhos de Felipe, O Belo – Luís X (1314-1316), Felipe V (1316-1322) e Carlos IV (1322-1328) -, morreram prematuramente. Nenhum deles deixou filhos homens, o que era uma situação inédita desde que Hugo Capeto fundara a dinastia que governava a França desde 987. A crise de sucessão se agravou quando Felipe V impediu que Jeanne, filha de seu irmão Luís X, subisse ao trono. A atitude criou um precedente que levaria ao fim da dinastia capetúgia: as próprias filhas de Felipe V, assim como as de seu irmão mais novo, Carlos IV, foram afastadas da Coroa. (HÉLARY, 2011, p 42)

No início de 1328, Eduardo III subiu ao trono da Inglaterra ainda com 15 anos após o assassinato do seu pai, Eduardo II. Por ser ainda muito pequeno, os barões convocados a escolher o novo soberano hesitaram muito em conceder o reino da França ao rei da Inglaterra. Assim, a princípio, a ascensão de Felipe de Valois não foi contestada, isso só veio acontecer oito anos depois, adulto e mais seguro foi que Eduardo reivindicou a Coroa. Como afirma Battesti (2011, p.31), segundo as crônicas tradicionais, o estopim da guerra foi aceso por um nobre francês de sangue real chamado Roberto de Artois. Preterido por Felipe de Valois na disputa pelo condado de Artois, Roberto se exilou no corte de Eduardo III, onde teria incitado o rei inglês a atacar a França.

Essa responsabilidade atribuída a Roberto, porém, foi um tanto quanto exagerada. Na verdade, os negócios entre a Inglaterra e o condado de Flandres tiveram um papel muito mais importante no começo da Guerra. As poderosas cidades flamengas queriam a autonomia política em relação ao Reino da França, elas reclamavam de ter de se submeter à autoridade dos agentes do conde de Flandres, um homem próximo de Felipe de Valois. Entretanto, como dependiam da lã inglesa, os flamengos estavam dispostos a buscar ajuda de Eduardo III.

Assim, para Felipe, esse apoio ao Reino Inglês e as outras reivindicações dos comerciantes flamengos foi visto como ato de traição de um de seus vassallos, o rei Eduardo III, pois a Inglaterra possuía muitos domínios no Reino da França. Sob o pretexto de punir um súdito desleal, Felipe decretou o confisco do ducado da Aquitânia em 1337,

território até então de domínio dos ingleses. Após a Aquitânia ser tomada, Eduardo ordenou o desembarque do seu exército em Flandres.

Eduardo respondeu, então, voltando atrás na homenagem que tinha prestado ao rei francês alguns anos antes e se proclamou “rei da Inglaterra e da França”. Ao reivindicar o trono francês, Eduardo III buscava fazer valer seus direitos de propriedade sobre um território, como o filho de um fazendeiro faria ao cobrar sua parte da herança. Mais próximo dos últimos reis da dinastia capetíngia que Felipe de Valois, ele se considerava espoliado. Em um sentido, a raiva que levou Eduardo e seus sucessores a tomar o reino vizinho se explica, sobretudo, pelo esplendor extraordinário que a França tinha na Europa medieval. Para o rei e os ingleses de seu tempo, a fascinação pela França chegava a obsessão. (HÉLARY 2011 p.33)

Não há dúvidas que no século XIV, França e Inglaterra disputavam a hegemonia da Europa ocidental. Nenhum outro reino possuía uma monarquia tão forte e relativamente bem organizadas, assentadas em um poder fiscal e militar sem equivalente, deviam fatalmente entrar em combate pela supremacia no continente. E foi o que aconteceu, no dia 1º de novembro de 1337, Felipe de Valois recebeu um enviado do rei da Inglaterra comunicando o desafio lançado por Eduardo III, era o início da Guerra dos Cem Anos.

No início do século XIV, o território da Normandia estava bem anexado no seio do reino da França, não se imaginava que logo esse território seria palco de um embate entre os franceses e ingleses que duraria mais do que cem anos. O território da Normandia sempre foi palco de disputas entre ingleses e franceses, mas desde o Tratado de Paris, a Normandia passou a ser oficialmente francesa. Celebrando a união entre o rei de Inglaterra Eduardo II (1307-1327) e Isabel, filha do rei da França, Felipe IV, o Belo (1268-1314), deveria sacramentar a paz entre os dois reinos.

Felipe de Valois assumiu o trono francês com o nome de Felipe VI (1328-1350) e recebeu apoio, quase unanimemente, dos normandos – uma vez que ele tinha feito do território um ducado. Em 1339, uma grande quantidade de senhores feudais da região planejava uma expedição para reconquistar a Inglaterra, mas esse plano foi frustrado com a chegada de Eduardo III em Flandres. A frota francesa seguiu para o norte, porém foi derrotada pelos ingleses na Batalha de Écluse, conflito que inaugurou a guerra, travado em 24 de junho de 1340.

Várias batalhas foram travadas nos primeiros anos da guerra, com o tempo o saldo foi muito negativo para os franceses, que sofreram uma grande derrota na Batalha de Crécy, em 26 de agosto de 1346. No ano seguinte à batalha, os ingleses consolidaram seu domínio sobre parte do norte da França ao conquistar o importante porto de Calais.

Profundamente debilitados por quase 20 anos de combate, os franceses finalmente assinaram um acordo de paz com os ingleses em 1360. O Tratado de Brétigny reconhecia a soberania inglesa sobre parte das regiões da Bretanha, da Aquitânia e da Normandia. Em troca, Eduardo III renunciava à coroa da França. Esse acordo pôs fim à primeira fase da Guerra dos Cem anos e inaugurou um curto período de paz, interrompido pela ascensão de Carlos V ao trono francês, em 1364.

Carlos V subiu ao trono decidido a reconquistar as terras perdidas para os ingleses, começando a atacar as terras que o rei Carlos II de Navarra mantinha na Normandia, com o apoio de Eduardo III. Após várias vitórias pelo lado dos franceses foi a vez dos ingleses, que abatidos por uma série de derrotas, negociaram uma trégua em 1389. Essa nova pausa na guerra permitiu a França uma breve retomada econômica, que se recuperou parcialmente até o início do século XV. Porém, nessa mesma época um conflito civil se instaurou entre os armanhaques e os borguinhões, o que fez com que os reis ingleses se aproveitassem do momento para planejar a retomada das hostilidades.

Aproveitando-se das disputas internadas no reino vizinho, Henrique V da Inglaterra voltou a atacar a França em 1415. A Batalha de Azincourt, travada em 25 de outubro desse ano, marcou o início da terceira fase da Guerra dos Cem Anos, na qual os ingleses novamente se lançaram à conquista da Normandia. Henrique V se apresentava como descendente de Guilherme, o Conquistador, e fazia questão de recuperar, antes de tudo, a terra de seus antepassados. A Normandia ficaria sob o domínio inglês por mais de 30 anos (1417-1450). (NEVEUX, 2011, p.37)

A ambição de Henrique V continuou, e em 1420 junto a Carlos VI da França, já enfraquecido e desequilibrado devido a guerra civil instaurado no seu reino, assinou o Tratado de Troyes. Por meio desse acordo o soberano francês fazia de Henrique V seu sucessor ao trono. E quando Carlos VI morreu, o filho de Henrique V tornou-se rei da Inglaterra e da França, adotando o nome de Henrique VI.

Foi nessa época que Joana d'Arc surgiu, em 1429, a Donzela de Orléans - como era chamada - liderou a resistência do povo francês contra os ingleses, garantindo a coroação de Carlos VII como rei da França. Na Normandia, Joana liderou a reconquista da cidade de Louvriers, porém essa resistência foi duramente golpeada sua morte em 1430.

Segundo os partidários da tese tradicional e mais difundida, em 1429, Joana preservou a independência da França ao salvar o reino de Carlos VII, representante do ramo da monarquia nativa que resistia ao domínio inglês, os chamados armanhaques. Naquele ano, as tropas vindas do outro lado do canal da Mancha sitiavam a cidade de Orléans, bastião dos seguidores de Carlos VII. Ao levantar o cerco à cidade, Joana d'Arc injetou novo ânimo nos guerreiros franceses, que conquistaram importantes vitórias contra os ingleses. Para alguns historiadores, esse foi o ponto de virada da guerra e o momento de fundação da nação francesa. (HÉLARY, 2011, p.32)

Foi somente em 1449 que Carlos VII comandou a notável campanha militar que marcou a reconquista definitiva da província. Mais bem armados que os ingleses, os franceses derrotaram o inimigo na Batalha de Formigny, em 15 de abril de 1450, graças aos canhões manejados pelos irmãos Bureau. Foi a partir dessa batalha que a Normandia se tornou uma parte essencial dos territórios controlados pelo próprio rei da França, passando a ser definitivamente francesa. A Guerra dos Cem Anos fez com que os dois reinos em batalha, França e Inglaterra, refizessem suas fronteiras, pois seu território foi totalmente refeito ao longo do conflito.

A recaptura do território de Bordeaux pôs fim à guerra e garantiu, de uma vez, a vitória francesa. Os ingleses perderam todos os territórios que possuíam na França, exceto Calais onde foi travada a última batalha entre os dois reinos. O conflito que durou mais do que cem anos resultou em mortes de ambos os lados, um grande impacto na economia de ambos os reinos e o crescente sentimento nacionalista, principalmente após a campanha de Joana d'Arc de libertar a França do controle inglês.

No século XV, nem a guerra civil entre armanhaques e borguinhões afetou a propaganda nacionalista, já que cada partido se apresentava como o dos “bons franceses”. Ao mesmo tempo, os ingleses passaram a enfrentar, a partir dessa época, uma resistência inesperada nas províncias anexadas, particularmente na Normandia, onde os camponeses travaram uma implacável guerra de guerrilha. A repressão selvagem não fez senão enraizar o ódio ao invasor. Ninguém encarnou melhor esse patriotismo nascente que Joana d'Arc jovem aldeã de uma província distante que, movida por uma crença mística na legitimidade da monarquia francesa, promoveu a coroação de Carlos VII e alertou os ingleses: “Eu sou a enviada de Deus, o rei do Céu, para vos expulsar de toda a França”. (VISSIÈRE, 2011, p.49)

Portanto, foi depois da reconquista total do território da Normandia, em 1450, que Carlos VII tomou consciência de que era definitivamente necessário transformar aquele sentimento popular que salvou o reino e sua coroa em algo permanente. Ele fez com que todo simbolismo em cima de sua conquista fosse multiplicada e criou a primeira “festa nacional”, comemorando anualmente no dia 12 de agosto. Foi em seu reinado que a ideologia real e o sentimento popular mesclaram-se para dar unidade espiritual ao país, reunindo as diversas culturas presentes no reino francês para formar uma identidade nacional. A Guerra dos Cem Anos deu início a uma fase de transição da Idade Média para a Idade Moderna, com as formações das primeiras monarquias absolutistas.

Dessa forma, a Guerra dos Cem Anos trouxe importantes mudanças de caráter social, fazendo com que ambos os países passassem a construir uma identidade internacional. Mudanças essas que serão estudadas mais profundamente no próximo capítulo, o qual discorrerá sobre os agentes e estruturas que moldaram as relações internacionais no Reino da França, sob a ótica construtivista.

Figura 6 Modificações das fronteiras ocasionada pela Guerra dos Cem Anos.



Fonte: <https://historiativanet.files.wordpress.com/2012/05/guerra-100-anos.jpg>. Acessado em: 01/06/2017

3. As Relações Internacionais na Idade Média – Agentes e Estrutura

O Tratado de Vestfália (1648) estabeleceu o conceito de sistema internacional e diplomacia, sendo o marco histórico da disciplina das relações internacionais. Foi nesse tratado que ficou estipulado a noção de Estado-nação e o entendimento da soberania de cada Estado no âmbito internacional, ponto crucial no estudo da disciplina.²³

Por se situar em um período anterior ao Tratado de Vestfália, a Idade Média é um tema de pouco estudo entre os acadêmicos das vertentes mais tradicionais das relações internacionais, o realismo e o idealismo, pois sua análise requer uma abordagem diferenciada, fora da linha de raciocínio padrão das teorias clássicas que não conseguem enxergar o desenvolvimento das atividades internacionais fora do conceito trazido pelo tratado.

Com o aparecimento de outras teorias das relações internacionais, ficou mais fácil analisar o período pré-vestfaliano. A escola francesa e a britânica surgiram para dar um novo enfoque ao estudo das relações internacionais, quebrando os antigos paradigmas do realismo e do idealismo, vertentes até então hegemônicas no estudo da disciplina. Após a década de 80, muitas teorias começaram a aparecer no cenário de estudo das RI, uma delas é essencial para o entendimento de como se deu a internacionalização no período medieval, a teoria construtivista proposta, sobretudo, pelo teórico Alexander Wendt, afirma que as relações internacionais são socialmente construídas.

Em um período de grande movimentação social, fragmentação política e de guerras constantes, a teoria construtivista surge como uma forma essencial de análise para o estudo medieval, uma vez que explora as grandes interações entre os atores das relações internacionais nesse período, bem como o seu processo.

O período da Idade Média é dividido em duas fases, a Alta Idade Média - compreendida entre o século V e o século IX - e a Baixa Idade Média, do século XII ao século XIV. Essa fase inicial da idade média é marcada pelas invasões bárbaras e o fim do Império Romano do Ocidente, assim como pelo processo de formação do sistema feudalista.

A ascensão do povo franco como um dos principais reinos da Alta Idade Média muito se deu pela aliança formalizada entre seu líder, Clóvis, e a Igreja Católica. Esse tipo de pacto só foi possível graças à conversão dos povos bárbaros ao cristianismo, que

²³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Sistema de Westphália**. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_75.htm>. Acessado em: 01/05/2017.

passaram a receber apoio da Igreja Católica, enquanto a Igreja teve o número de adeptos aumentado, contando com o apoio militar dos Francos.

Essa cooperação entre os francos e Igreja, rendeu ao povo franco um poder e prestígio muito grande na Europa medieval. Quando Clóvis foi convertido logo ordenou que todos os outros povos francos fizessem o mesmo, deixando de acreditar em suas antigas religiões pagãs para aceitar a nova religião do seu líder. Logo, a dinastia merovíngia de Clóvis prosperou com o apoio da Igreja Católica, seu território teve uma vasta expansão territorial. Adam Watson, teórico da escola britânica, escreve sobre a importância dessa interação entre os reinos bárbaros e a cristandade.

A nobreza dividia o governo da cristandade medieval com a Igreja. Já no ano 494 da Era Cristã, o Papa Gelásio falava de “os dois poderes pelos quais este mundo é principalmente governado, a autoridade sagrada do clero e o poder imperial”. A autoridade dual da Idade Média surgiu da coexistência da Igreja Romana com os reinos bárbaros; e os dois poderes compartilhavam a autoridade, de modo que todos os homens deviam lealdade e obediência a ambos. A igreja era o responsável por quase tudo o que dizia respeito a quase tudo o que nós chamamos serviços sociais. (WATSON, Adam. p.200)

Sendo assim, não há como negar que a Igreja foi um dos principais atores internacionais da Europa medieval, sobretudo no que se diz respeito a difusão da cristandade entre os vários reinos e ducados. A conversão de Clóvis assegurou ao ocidente a vitória da hierarquia e da doutrina católica sobre a heresia ariana.

A figura do papa, como porta-voz da cristandade, foi um fator essencial na interação entre Igreja e sociedade, esse corpo formado pela Igreja e pela sociedade civil é o que resulta na ideia de cristandade medieval, que pode se definir como a universalidade dos príncipes e dos povos cristãos, obedecendo a uma mesma doutrina, pertencentes a uma mesma fé e reconhecendo sua legitimidade como magistério espiritual.

A Cristandade medieval ocidental é, em certa medida, a continuadora da Cristandade antiga, a do “Império Cristão” dos séculos IV e V. No contexto medieval, acentuou-se muito mais a situação de unanimidade e conformismo, obtida por um consenso social homogeneizador e normatizador, consenso este favorecido pela constituição progressiva de uma vasta rede paroquial e clerical. As instituições todas tendiam, pois, a apresentar um caráter sacral e oficialmente cristão. (GOMES, Francisco José Silva p.221)

Essa interação com a Igreja se estendeu durante os séculos, mas sem dúvidas, Carlos Magno foi o grande responsável pela cooperação entre monarca e Igreja, gerando a base da cristandade medieval. Foi em seu reinado que Carlos atribuiu aos monges católicos a tarefa para formar uma larga rede de educação em seu império, ajudando a criar um sistema de ensino que englobava todo seu território.²⁴

²⁴ BANFIELD, Susan. **Carlos Magno**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

Na Idade Média toda as propostas educacionais e de formação humana estavam ligadas à ideia de que na Terra, os homens devem seguir os parâmetros divinos, ou seja, a educação estava ligada diretamente à contribuição da Igreja e da religião. Por muitos anos a Igreja foi a detentora do saber, os livros pertenciam ao clero e ficavam confinados nas bibliotecas da igreja, sendo seu uso restrito aos membros. Em seu reinado, Carlos procurou bispos não só de sua nacionalidade, mas de diferentes regiões ao longo da Europa para criar um verdadeiro centro educacional em todo território Carolíngio.

O comércio medieval, foi bastante auxiliado graças à noção da cristandade entre os povos. Muitas cidades que dependiam do comércio marítimo, ou até mesmo terrestre, foram auxiliados por esse contato entre as diversas cristandades ao longo da Europa e até mesmo fora dela, como cita Adam Watson.

As cidades medievais proporcionavam canais de contato entre as partes da cristandade, paralela, mas separadamente daqueles proporcionados pela Igreja; e também contatos fora do mundo latino, que faziam chegar novos bens, novas técnicas e novas ideias. Os conceitos e as práticas de direito, especialmente do direito marítimo, do comércio de longa distância e do sistema bancário, foram preservados e desenvolveram-se nas cidades. (WATSON, Adam. p.202)

Muito do poder conquistado pela igreja foi doado ao longo dos anos, em um sistema puramente feudalista onde a terra era o bem mais precioso. A igreja católica possuía grande parte das terras, os chamados Estados Papais. Logo, o poder da Igreja se equiparava com o poder dos reis, uma vez que ela tinha o poder político, econômico e cultural²⁵, sendo assim, formava a maior instituição supranacional do medievo²⁶, onde todo monarca devia respeito e tributos, contribuindo com seu funcionamento como instituição.

Em termos políticos, a Idade Média foi marcada pela tensão entre duas forças antagônicas, de um lado a grande fragmentação política e do outro os projetos universalistas, que visavam a constituição de poderes políticos que reunissem toda a Europa sob uma mesma autoridade. Esse princípio universalista é visto com o império formado por Carlos Magno, o Sacro Império Romano e também da própria Igreja Católica. A aliança entre Carlos e a Igreja fora benéfica para os dois lados. Para o imperador fez com que ele conquistasse grande parte da Europa, investisse na educação e, conseqüentemente, se firmasse como o maior Império do medievo ocidental. Já no caso da Igreja, fez com que seu projeto político, para manter sua influência sobre os poderes

²⁵ BOVEY, Alixe. **Church in the Middle Ages: From Dedication to Dissent**. Disponível em: <<https://www.bl.uk/the-middle-ages/articles/church-in-the-middle-ages-from-dedication-to-dissent>>. Acessado em: 01/05/2017

²⁶ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: Cultura e poder**.

locais, fosse perpetuado e conseqüentemente, legitimado com a figura suprema do papado²⁷.

Também era de competência do Papa agir como árbitro em relação aos conflitos no ocidente, tanto no âmbito interno dos feudos como no âmbito externos dos soberanos.²⁸ Esse tipo de tratado, para a Igreja Católica, adivinha do direito natural, com força divina, e por isso nenhum outro árbitro poderia melhor interpretar do que o próprio Papa. Durante a Idade Média muitos conflitos foram apaziguados pela instituição da arbitragem formada pela Igreja, firmando-se assim como principal instituição, de molde supranacional, da Europa ocidental²⁹ e o Papa o principal ator internacional do período. Como afirma Bedin, o poder papal penetrou diversos setores da sociedade medieval, impondo-se como o árbitro supremo de todos os seus segmentos, inclusive nas relações internacionais. (BEDIN, 2001, p.47).

3.1 As Feiras Medievais e sua contribuição para as Relações Internacionais

As feiras medievais são um dos aspectos mais importantes da organização econômica da Idade Média. Elas foram criadas com o intuito de promover a troca de produtos entre o homem do campo e o homem da cidade, sendo o ponto inicial do contato entre o produtor e o consumidor, em uma época em que a circulação das pessoas e das mercadorias era dificultada pela falta de comunicações, pela pouca segurança das jornadas dos mercadores e pela falta de mecanismo regulador da atividade econômica, como afirma Rau (1982, p.33).

O estabelecimento dessas feiras provocou diversas mudanças na sociedade e no comportamento do homem medieval. O intercâmbio econômico e cultural proposto pelas feiras resultou em diversas mudanças nas cidades que a organizavam, em relações a essas mudanças Le Goff (1991, p.8) afirma que:

A essas mudanças está ligado — fenômeno capital — o nascimento ou o renascimento das cidades. Sejam elas novas criações ou velhas aglomerações, é o seu caráter novo e importante que determina o primado da função econômica. Etapas de rotas comerciais, articulações entre as vias de comunicação, portos marítimos ou fluviais, seu centro vital fica ao lado do velho *castrum* feudal, do núcleo militar ou religioso, é o novo bairro das lojas, do mercado, do trânsito das mercadorias. É o desenvolvimento das cidades que se ligam os progressos do comércio medieval; é no contexto urbano que cumpre situar o crescimento do mercador medieval.

²⁷ RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Relações Internacionais**. 2012.

²⁸ GOMES, Milton Carvalho. **A Evolução Histórica dos Tratados Internacionais**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-evolucao-historica-dos-tratados-internacionais,41065.html>>. Acessado em: 01/05/2017

²⁹ Segundo Bedin, (2001, p. 43), “com a queda do Império Romano, a Igreja passou a ser a única instituição organizada e com a capacidade de produzir uma síntese ou fusão do legado romano e das contribuições germânicas”.

A circulação de mercadorias, em níveis regionais ou internacionais, se deu através dos mercadores pelas feiras abertas no ocidente medieval. Porém em um cenário de incerteza como era na Idade Média, ficava muito difícil esse tipo de atividade, o transporte de mercadorias seja por meios terrestres ou fluviais era uma tarefa dispendiosa e cheia de obstáculos e perigos de toda ordem. Sobre a Feira de Champanhe, uma das maiores da Idade Média, localizada no nordeste do Reino da França, Le Goff (1991, p.15) descreve:

Para chegar lá, os mercadores fizeram uma longa e difícil viagem; os italianos que transpuseram os desfiladeiros alpinos passaram cinco semanas na estrada. Precisavam, em primeiro lugar, de alojamento. A princípio, construíam-se acampamentos provisórios nas praças ou fora das cidades. Depois, os habitantes alugavam aposentos ou casas aos mercadores. Por fim, foram construídas para eles casas especiais de pedras resistentes a incêndios, com grandes subterrâneos abobadados para armazenar as mercadorias.

Em um sistema feudalista, onde a terra era o centro da riqueza dos suseranos, a sociedade vassala vivia curvada sobre a terra, o aparecimento da feira fez com que esse instinto de sociabilidade, inerente a todo o homem, encontrasse nessas reuniões comerciais a única oportunidade de se expandir³⁰. Assim, foi nessas reuniões que começou a se criar uma ideia do cenário internacional, os diferentes povos presentes nas feiras, a conversação e a troca de ideias com as diversas etnias. As feiras medievais foram responsáveis pela noção, até então pouco conhecida, do internacional, como cita Rau (1982, p.53):

Era nas feiras que se obtinham notícias do que se passava pelo “mundo”, do resultado das colheitas das regiões circunvizinhas e de tantos outros assuntos que, como até hoje são a base do cavaquear do povo, pois era nelas que o comerciante vindo de longe contava as histórias maravilhosas ou terríficas das suas aventuras em países longínquos, o que vira e ouvira pelas sete partidas do mundo.

As feiras formaram assim um espaço de sociabilidade e de formação social do homem medieval, que pela limitação do sistema de feudalista - que o prendia a terra e ao terreno do seu suserano - lhe incapacitou de conhecer sobre o cenário fora do contexto regional. Foram nelas que se desenvolveram as atividades da cultura mercantil medieval. É importante lembrar que a ideia de mercado antecede à própria ideia de feira, Rau (1982, p.56-57) traz uma definição dessas duas atividades:

Os mercados locais são destinados a prover à alimentação corrente da população existente no local onde eles têm lugar. Daí a sua realização semanal, a sua esfera de influência muito limitada e a restrição da sua atividade à venda e à compra a retalho. Neles os camponeses dos arredores iam vender alguns ovos, algumas galinhas, 'quelques livres de laine ou quelques aunes de drap grossier tissé à domicile'. A natureza das operações aí efetuadas é suficientemente posta em relevo pelo facto de elas se fazerem *per deneratas*, quer dizer, por quantidades não ultrapassando o valor de alguns dinheiros. As

³⁰ RAU, Virginia. **Feiras medievais portuguesas: subsídios para seu estudo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

feiras, pelo contrário, constituem o ponto de reunião periódica de mercadores de profissão. São os centros de troca por grosso onde se procura atrair, fora de qualquer consideração local, o maior número de homens e de produtos. Podem comparar-se a uma espécie de exposições universais porque elas não excluem nada nem ninguém; todo o indivíduo, qualquer que seja a sua nacionalidade, todo o objeto negociável, qualquer que seja a sua natureza, têm a certeza de serem bem acolhidos. Por isso é impossível efetuá-las mais de duas vezes por ano no mesmo local, tal é a preparação que a sua realização necessita.

Apesar de terem existido feiras, em menor escala, no período da Alta Idade Média, entre os séculos V e IX, foi só no final do ano 1000 e no fim desse período, com o enfraquecimento do sistema feudalista que as grandes feiras começaram a aparecer, principalmente mais para a frente no século XI, com o renascimento comercial e urbano.

A origem das grandes feiras medievais é resultado dos pequenos mercados locais que abundavam toda a Europa. Esse mercado local, tinha como objetivo atender as necessidades de alimentação cotidiana da população, que habitava o mesmo local onde elas são realizadas. Sendo assim, os mercados são semanais e seu raio de atração é muito limitado; sua atividade limita-se à compra e venda a varejo³¹. Ou seja, esse mercado era restrito à população local, supria apenas as necessidades da localidade e era apenas frequentado pelos moradores da vizinhança. Já no caso das feiras é justamente o oposto, são realizadas para abranger um público internacional e com isso, como afirma Rau (1982, p. 57) formam um centro de grande comércio que atrai os mercadores de países longínquos que correspondem a uma fase mais evoluída e a sua importância depende da prosperidade de um país inteiro. As barracas das feiras medievais tinham como foco de venda não itens básicos e primários, mas sim mercadorias raras, vindos de áreas afastadas, formando assim mercadorias de alto valor.

As feiras são lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. São centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos. [...]. Por conseguinte, é impossível realizar as feiras mais de uma vez, ou quando muito, mais de duas vezes por ano no mesmo lugar, visto ser preciso que se façam preparativos consideráveis. (Pirenne, p.104)

Embora essas feiras fossem comuns na Idade Média, para serem desenvolvidas era necessário um esforço político para sua consolidação. Nesse sentido, o comércio para se desenvolver precisa de segurança, de garantia e de proteção jurídica, além de, claro, possibilidades reais de ganhos. Esse tipo de garantia foi aumentando durante os séculos com os povos francos, pois as cidades foram estabelecendo linhas de defesa, se organizando, retomando padrões de produção e, pouco a pouco, o comércio se organizou

³¹ PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. 4ª ed. –São Paulo: Mestre Jou, 1968.

em pequenas feiras nos burgos, pequenas fortalezas muradas, e no cruzamento de estradas.

Foi somente com o renascimento Carolíngio, na figura de Carlos Magno, que as rotas internacionais ficaram seguras e foram reestabelecidas. Dessa forma, o comércio revivia, trazendo segurança para os diversos mercadores de diferentes reinos. Esse fluxo de mercadores fez com que uma grande quantidade de moedas entrasse no reino franco, fazendo com que Carlos estabelecesse um sistema único de moedas e medidas, algo que traria segurança cambial aos seus seguidores³².

O interesse do acontecimento das feiras era mútuo, tanto para o monarca como para o mercador, isso fez com que ambos tivessem que trazer algumas garantias. Para o monarca, lhe foi obrigado a conceder a paz do mercado ou paz da feira, proibindo represálias, assegurando alojamentos e mantendo uma boa condição nos locais de armazenamento de mercadorias, além de reduzir ou isentar a taxaço de algumas delas³³. Já para o homem mercador, ficava assegurado essa garantia de segurança e a proteção dos seus produtos.

Com o aumento das feiras, e conseqüente aumento da rota dos produtos, a Europa medieval viu nascer, por volta do século XII, ciclos de feiras regionais ou inter-regionais, que fortaleciam as relações comerciais e a criação de uma rede mercantil abertas pelo comércio. Foi nesse período que houve a consolidação de postos produtivos por toda Europa, sendo a mais importante a da região de Champagne, no território francês, que comerciava têxteis em quatro regiões do seu condado, são elas: Lagny, Provins, Bar-sur-Aube e Troyes. A grande meta do mercador itinerante era participar dessas feiras, pois tinha um calendário para sua realização, como cita Le Goff (1991, p.14):

Essas feiras realizavam-se em Lagny, em Bar-sur-Aube, em Provins e em Troyes, e sucediam-se ao longo do ano: em Lagny, elas aconteciam em janeiro-fevereiro, em Bar, em março-abril; em Provins, realizava-se a feira de Maio em maio-junho, em Troyes a feira de São João acontecia em julho-agosto, em Provins, novamente, a feira de Santo Ayoul era em setembro-novembro, e em Troyes, enfim, uma segunda vez, a feira de São Remigio realizava-se em novembro-dezembro.

A região de Champagne estava estrategicamente situada entre a rota do Norte e a do mediterrâneo, facilitando as rotas comerciais e a troca de mercadorias entre as regiões mais afastadas. A função dos banqueiros e cambistas aumentou drasticamente. Foi nesse

³² BANFIELD, 1988, p.49

³³ PEDRO, Fábio Costa. **As Rotas Comerciais**. Disponível em:

<http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_media/rotas_comerciais.html>. Acessado em:05/05/2017

período que se desenvolveu algumas práticas financeiras como o uso da letra de câmbio, empréstimos, cheques³⁴.

Le Goff acentua a feira da Champagne como a mais importante da Idade Média, não somente pelo fluxo de mercadores que a frequentavam, mas também pela posição geográfica que ela se encontrava, ligando cidades da Itália aos Países Baixos mantendo um mercado quase permanente no ocidente medieval. Foi graças ao seu sucesso como estrutura do comércio que ela foi uma das poucas feiras que permanecia com mercados abertos durante todo o ano, fortalecendo a economia do medievo e estabelecendo uma ideia de sociedade de mercado que superava a barreira regional e atuava em um cenário internacional.

3.2 Os Confrontos militares durante a Idade Média e suas repercussões

A sociedade medieval tinha uma concepção da vida muito diferente do que se tem hoje em dia, tudo o que acontecia na vida era dotado de contornos bem mais nítidos do que hoje. Como cita Johan Huizinga, historiador holandês, as calamidades e as privações eram mais opressivas e cruéis, o contraste entre a doença e a saúde era maior, todos os elementos da vida mostravam-se abertamente, com alarde e crueldade³⁵.

O homem medieval viveu em um tempo em que a prática da guerra estava disseminada entre os mais altos escalões da sociedade, a ponto de definir o estatuto social dos indivíduos. Foi no reinado dos francos que esse fenômeno da guerra se deu mais presente, desempenhando um importante papel social, principalmente sob a dinastia merovíngia (séculos V-VIII) e da carolíngia (VIII-X), pois foi do vasto território do reino dos francos que surgiu uma das grandes organizações sociopolíticas da Idade Média, já no período da Baixa Idade Média, a dinastia dos capetos.

Apesar de que o fenômeno da guerra seja mais visível nos séculos finais do medievo, o período anterior também teve uma atividade constante de incursões militares, constituindo um fator importante nas formas de organização social. Com o avanço das tribos bárbaras nos primeiros séculos da Idade Média, nota-se que por possuírem um modo de vida tribal, eles não possuíam classes sociais bem definidas, nem conheciam formas de escrita alfabética e tiravam o essencial para sua existência através de espólios tomados de guerras e de saques³⁶.

³⁴ PEDRO, Fábio Costa. **Pré-história, Antiguidade e Feudalismo**. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_media/rotas_comerciais.html>. Acessado em: 05/05/17

³⁵ HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**

³⁶ MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**

Os grupos bárbaros se deslocavam constantemente em busca de um local para saquear e recolher espólios, por muitas vezes esse tipo de incursão era inter-regional. Assim, essa deslocação em busca de locais que oferecerem melhores condições de sobrevivência e fazer a guerra, impondo tributos aos sedentários, era parte integrante do modo de vida desse povo.

Com o enfraquecimento do Império Romano no começo do medievo, era comum os imperadores negociarem e aceitarem os termos da gradual instalação dos povos germânicos. Em alguns casos, como foi com os francos, auxiliaram os romanos na condição de mercenários, lutando contra outros povos bárbaros. Esse auxílio veio em troca de terras para os francos, então, alguns líderes tribais começariam a agir como governantes independentes.

Foi só com a conversão do povo franco ao cristianismo que as inovações começaram a aparecer, deixando para trás o passado selvagem e a sede por destruição. A inovação em termos de táticas de combate foi a expansão da técnica metalúrgica, com a fabricação de armas, elmos e escudos com maior durabilidade, esse tipo de atividade foi fundamental na oficina dos reinos da alta Idade Média.

Foi buscando maior eficácia nas batalhas que primeiro se desenvolveram as inovações técnicas nos trabalhos de ferro, criação de cavalos e construção de barcos, inovações que mais tarde iriam servir para aumentar a produção pacífica de riqueza no Ocidente Medieval. (DUBY, 1980, p. 87)

Os reinos bárbaros foram formados, fundamentalmente, pela guerra. Sua organização social era estruturada e dependente da organização de seus exércitos. O homem da alta Idade Média era, sobretudo, um combatente. É necessário entender que, para os povos bárbaros, a guerra não era apenas um meio de afirmação social e política, mas era, sobretudo, um gênero de vida. A guerra para essas tribos era encarada como algo mágico, morrer em batalha era a maior honra de que poderia se esperar de um guerreiro.³⁷

Em relação a táticas de guerras, costuma-se afirmar que até pelo menos o século VIII não se aplicava em batalha nenhum padrão tático e que o resultado do embate dependia, unicamente, da habilidade do guerreiro. Um desses embates marcantes ficou marcado pela figura de Clóvis, rei dos francos, que na Batalha de Vouillé venceu Alarico, agrupando o território ao sul da Gália ao seu reino.

O rei Clóvis e Alarico, rei dos Godos, enfrentaram-se nos campos de Vouillé, perto da cidade de Poitiers. Os godos bateram-se a golpes de flecha e os francos atacaram com espadas na mão. Tendo os godos fugido, como de hábito, com a ajuda de Deus Clóvis obteve a vitória [...]. O rei tinha posto os godos em fuga ao matar seu rei Alarico quando dois soldados se lançaram de surpresa sobre ele, atacando-o dos dois lados com suas lanças, mas ele escapou da morte

³⁷ MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**

graças à couraça que usava e graças à rapidez de seu cavalo. (DE TOURS, Grégoire, 1979, p.53)

Esse estilo de tática do Reino Franco só mudou a partir do século VIII, com a dinastia dos carolíngios. Foi nesse período que a guerra assumiu um lugar ainda mais relevante e uma preocupação constante na administração do reino franco. As incursões começaram a tomar maiores áreas e proporções com Carlos Magno (768-814), com os embates travados contra os lombardos, frísios, saxões e avaros. Esse tipo de incursão era agora pautado por uma assembleia geral, que servia como preparatório para o início das operações militares³⁸. Sob essa ótica, a atividade militar nesse período era estritamente ligada a hierarquia social, sendo o direito sobre terras a forma usual de recompensa dos guerreiros que participavam das operações, esse fato culminou na germinação do sistema feudal, estrutura de toda a Idade Média.

Com Carlos, o reino dos francos atingiu um patamar jamais alcançado por outro povo germânico, a expansão do território por meio de comitivas armadas lhe rendeu boas relações com líderes dos mais distantes reinos, como escreve seu biográfico Eginhardo:

Suas relações com Aaron, rei dos persas que governou por quase todo o Oriente, exceto a Índia, eram tão amigáveis que esse príncipe preferia mais seu auxílio que todos os reis e soberanos da Terra, e considerava uma dívida para ele os sinais de honra e munificência. Assim, quando os embaixadores mandados por Carlos para visitar o mais sagrado Sepulcro e lugar de ressurreição de Nosso Senhor e Salvador se apresentaram com presentes e fizeram conhecidos os desejos de seu mestre, ele não só concedeu o que lhe pediam como deu posse daquele lugar abençoado e santo.⁷ Quando retornaram, ele despachou seus embaixadores com eles e mandou magníficos presentes, além de coisas, perfumes e outros produtos ricos das terras do Oriente. Alguns anos depois, Carlos pediu a ele um elefante, e foi enviado o único que tinha. Os imperadores de Constantinopla, Nicéforo, Miguel e Leão fizeram adiantamentos a Carlos e pediram sua amizade e aliança, afirmando que ele não poderia ter motivo para ofensa. Na verdade, o poder dos francos foi sempre visto pelos gregos e romanos com olhos invejosos, de onde vem o provérbio grego “tenha os francos por amigos, mas não por vizinhos”. (1880, s/p)

Foi apenas no final de sua vida que Carlos deixara de lado as operações militares, focando mais na administração do seu império, que agora acumulava grande parte da Europa ocidental. Foi com Carlos Magno que o reino dos francos teve seu apogeu, principalmente pela força política formada por seu império, diante das conquistas feitas ao longo dos anos.

Contudo, foi no século XIV que o Reino Francês travou seu maior confronto militar, a Guerra dos Cem Anos, contra o Reino da Inglaterra. O conflito que durou cerca de 116 anos trouxe grandes consequências para os dois países envolvidos, com um grande número de mortes dos dois lados. Esse conflito é dividido em fases, visto o tamanho de

³⁸ Louis Halphen, **Carlo Magno y el Império Carolíngio**, México, Uteha, 1955, p. 119.

sua duração e o grande número de tratados de paz durante os anos em que os reinos estavam em conflito. A primeira fase é marcada pela amarga derrota francesa na famosa Batalha de Crécy, em 26 de agosto de 1346, na qual o rei da Inglaterra Eduardo III comandou suas tropas. Outro ponto crucial dos franceses foi perdido, o porto de Calais também foi tomado pelos ingleses o que fez com que o Reino Francês assinasse um tratado de paz, pondo fim a primeira fase³⁹.

Esse tratado durou cerca de quatro anos, fazendo com que a segunda parte da Guerra dos Cem Anos entrasse em vigor. Essa nova fase da guerra trouxe ao Reino Francês grande parte dos seus territórios de volta, graças aos confrontos realizados por Carlos V, rei da França. Com suas empreitadas, foi a vez da Inglaterra assinar um termo de trégua em 1389. Por fim, a fase mais violenta da guerra foi a terceira fase, iniciada pelos ingleses que, aproveitando-se da guerra civil que estava acontecendo na França, voltou a invadir os territórios franceses. A Batalha de Azincourt, marcou o início dessa fase e teve uma grande repercussão no medievo.

Em Azincourt, Henrique V, rei da Inglaterra, demonstrou um conhecimento tático impressionante quando, com cerca de mil cavaleiros e 5 mil arqueiros conseguiu rechaçar a força francesa formada por cerca de 9 mil homens. A vitória dos franceses era evidente, pois além de mais numerosos, eles contavam com a nata da cavalaria além de estarem mais bem armados que seus adversários, porém pouco se esperava que a vantagem tática do adversário fosse responsável por uma derrota tão amarga.

Enquanto os ingleses haviam se agrupado e esperavam pelos ataques diante de Maisoncelle, os franceses se consideraram obrigados a marchar ao encontro do inimigo. A distância era longa, e a marcha, cansativa. As belas, mas pesadas, armaduras eram incomodas quando se tinha de avançar em terra encharcada. Os franceses ainda estavam a uma boa distância quando foram surpreendidos por uma chuva de flechas lançadas pelos arqueiros ingleses. (PALADILHE, 2011,p.41)

As tropas francesas foram esmagadas, a tática usada por Henrique V teve um grande êxito. Para se ter uma ideia, a batalha que começou às 11 horas estava terminada às 16, cerca de 500 ingleses perderam suas vidas, enquanto do lado francês cerca de 4 mil a 7 mil. Essa matança marcou o início da terceira e última fase da Guerra dos Cem Anos, que após uma série de triunfos ingleses, terminou com a vitória definitiva da França em 1453. Porém suas consequências foram muito maiores, o homem medieval se deu conta que apenas coragem e honra não era mais suficiente para vencer uma batalha, o ideal do cavaleiro da Idade Média mudaria depois daquele dia.

³⁹ BATTISTI, p. 36

3.3 O Construtivismo na Idade Média – O debate entre agente e estrutura

Como visto no primeiro capítulo, a teoria construtivista parte de três premissas básicas: a de que a realidade é socialmente construída, as estruturas são definidas por ideias compartilhadas e que as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas. Sendo assim, o fator fundamental na política internacional é a distribuição de ideias nesse sistema.

Nesse sentido, o que interessa é saber como as ideias influenciam a maneira pela qual as identidades são constituídas ou reproduzidas e como os atores internacionais definem seus interesses em função de suas identidades. Alexander Wendt, teórico do construtivismo, afirma que o poder propriamente dito é constituído principalmente por ideias e contextos culturais.

As formações culturais no nível sistêmico são entendidas como ideias compartilhadas que formam normas e instituições que constituem o significado de distribuição de poder. Essa distribuição de poder no medievo pode ser vista com a força alcançada pela Igreja Católica durante a Alta Idade Média e com menor prestígio no final da Baixa Idade Média e também aos suseranos donos de terras, pois no regime feudalista a concentração de poder se dava pela quantidade de terra que um monarca tinha.

Para a análise de Wendt, o Estado é um verdadeiro ator, ao considerar o Estado como ator é possível atribuir-lhe determinadas propriedades, tais como identidade e interesses⁴⁰. Porém, como é possível analisar o contexto medieval, sob o ponto de vista construtivista, onde não existia a concepção de Estado-nação? Cabe aqui entrar em uma realidade revisionista, encarando a concepção de Estado-nação não somente ao que foi criado no sistema pós-westfaliano mas sim como o estudo do sistema internacional em períodos antes do surgimento dessa noção.

O Estado-nação do medievo é composto pelos reinos dos suseranos e dos impérios que floresceram durante os séculos, a própria Igreja Católica forma a noção de uma grande instituição supranacional, com poderes reais e capacidade de interesses. Sobre a interação entre os monarcas e a Igreja, a historiadora medievalista Régine Pernoud escreve:

Não é a Santa Sé que impõe seu poder aos príncipes e aos povos, mas estes príncipes e estes povos, católicos, recorrem naturalmente ao magistério espiritual, seja para fortalecer suas autoridades ou fazer respeitar seus direitos, seja para pedir o arbítrio imparcial para julgar suas disputas. Assim escreve Gregório X: «Si é dever daqueles que dirigem os Estados de proteger os direitos e a independência da Igreja, é também do dever dos que possuem o

⁴⁰ WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics.**

governo eclesiástico de tudo fazer para que os reis e os príncipes possuam a plenitude de sua autoridade». Os dois poderes, em vez de se ignorar e combater, se reforçam mutuamente.

Em relação a estrutura, ela é caracterizada por Wendt como “distribuição de conhecimento” ou a distribuição de ideias que organizam as ações dos agentes⁴¹. Com isso, a estrutura é definida como um fenômeno social, esta característica pressupõe que os agentes são inseparáveis das estruturas sociais porque suas ações somente são possíveis em virtude daquelas estruturas, e é nessa interação entre agentes que ocorre a distribuição de conhecimento⁴².

O debate agente-estrutura está associado a dois truísmos acerca da vida social. Primeiro, os agentes humanos agem de forma propositada e são os únicos responsáveis pelos eventos e práticas que reproduzem e transformam as sociedades. Segundo, as sociedades são constituídas de relações sociais que as estruturam, sendo a ação humana condicionada e influenciada por suas circunstâncias históricas. Essas constatações sugerem que agente e estrutura são unidades interdependentes (...) Agente e estrutura, nessa perspectiva, são elementos coconstitutivos. Agente e estrutura são (re)construídos continuamente em sua interação, conferindo sentido um ao outro.(...) Portanto, os dois termos do debate são indissociáveis pois não existem isoladamente. (BARROSO, 2010, p. 14-16)

3.3.1 Os Agentes das relações internacionais na Idade Média

Não possuindo a ideia de Estado-nação no período medieval, se faz necessário mostrar quais foram os principais agentes – sob a ótica construtivista – daquele período. Sabe-se que os principais poderes daquela época se concentravam na mão da instituição da Igreja Católica e nas mãos dos monarcas.

O construtivismo se sustenta na ideia de que o mundo não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores agem, o mundo internacional é o resultado da construção social dos atores. Assim, é essa interação entre os atores, ou seja, os processos de comunicação entre agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes⁴³. O agente do construtivismo depende dos valores e culturas de sua população, fazendo sua construção social. Sendo assim, cada agente terá objetivos diferentes aos quais buscarem e maneiras diferentes de se expor no sistema. No caso do período medieval, a Igreja – no seu papel de agente – teve como interesse principal a difusão da cristandade em toda Europa ocidental e até fora desse contexto, buscando assim converter o máximo de pessoas à fé cristã, já os monarcas – também agentes – tiveram como principal interesse a conquista de terras e a expansão do reino, como foi o caso dos Francos.

⁴¹ Ibidem, p.20.

⁴² WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**

⁴³ Teoria Das Relações Internacionais: Correntes e debates, p.166

Assim como outras teorias das relações internacionais, o construtivismo aborda a questão da anarquia internacional, que também é vista como socialmente construída. O sistema anárquico pode variar entre conflito e cooperação, já que a natureza da anarquia não é predeterminada, mas sim socialmente construída. O processo de construção e reconstrução são permanentes e abrem espaço para a continua possibilidade de mudança⁴⁴. Sendo assim, essa estrutura anárquica não é tida como algo natural, é fruto da interação entre os agentes e suas posturas perante o sistema, ela é construída pelos interesses e vontade dos agentes e pode ser mudada se necessário. Para Wendt, existem três tipos de anarquia: a hobbesiana que é caracterizada pela cultura da inimizade, a lockeana que é uma cultura da inimizade e a cultura kantiana que se caracteriza por ser uma cultura da amizade.⁴⁵

Foi, por muitos anos, uma anarquia kantiana a do sistema medieval, principalmente quando se foca na interação entre a Igreja Católica e o povo franco. Desde o começo com Clóvis, primeiro rei dos francos até os tempos de Carlos Magno, a Igreja sempre atuou como aliada para a comunidade francesa. Assim como o povo franco também intercedia pela Igreja, seja em doações de terras, de dinheiro e até mesmo participações de guerras para impor a cristandade, como foi visto com Carlos Magno.

Portanto, é necessário que se entenda o significado da anarquia para a teoria construtivista, que como Wendt coloca, “pode reverter tanto lógicas de conflito quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela”⁴⁶. Que no caso do povo franco e Igreja, foi de total cooperação e amizade.

3.3.2 A Estrutura construtivista na Idade Média

A estrutura é entendida como um fenômeno social e cultural formada, principalmente, por ideias, ou conhecimento coletivo, que distribui os diferentes papéis entre os agentes, que podem ser assumidos no sistema internacional. Sendo assim, a estrutura tem efeitos constitutivos sobre as identidades e os interesses dos atores, uma vez que os papéis que representam são tidos como uma função estrutural.

Essa estrutura depende inteiramente dos atores acreditarem em algo que os induza a realizar determinadas práticas que reproduzam e deem continuidade aquelas estruturas, dando à ela um caráter de transcendência, uma vez que a estrutura é um tipo de conhecimento que:

⁴⁴ Ibidem, p. 167

⁴⁵ Ibidem. P. 179

⁴⁶ Ibidem. P.176

Persists beyond the lives of individual social actors, embedded in social routines and practices as they are reproduced by interpreters who participate in their production and workings. Intersubjective meanings have structural attributes that do not merely constrain or empower actors. They also define their social reality ⁴⁷ (Emanuel Adler p. 327.)

A estrutura da Idade Média foi formada, sobretudo, pela concepção do sistema feudalista, principalmente com a ideia das feiras medievais e as interações sociais que foram disponibilizadas pelas mesmas. O sistema feudal foi formado por ideias e conhecimento coletivo, principalmente no que diz respeito aos nobres francos que adquiriram as primeiras propriedades privadas do medievo. Junto com a Igreja Católica, estabeleceram o mecanismo feudal presente, sobretudo, na Alta Idade Média.

Os agentes, sejam eles os monarcas ou a própria Igreja, são os responsáveis por interagir no sistema internacional, possuindo identidades próprias e interesses. Identidades e interesses esses que são definidos em função da estrutura e se encontram em uma relação de mútua constituição.

Portanto, as formas como os agentes se comportam no sistema internacional, dependem diretamente das estruturas que são formadas na interação entre os agentes, os quais por sua vez sofrem influência na cultura na qual estão inseridos. Os francos, ao aceitar a conversão ao cristianismo desde a época de Clóvis partilharam, junto a Igreja Católica, a mesma noção da cristandade. Essa conversão facilitou na cooperação entre esses dois agentes durante o medievo, fazendo com que a estrutura por eles formada fosse de plena cooperação e amizade.

⁴⁷ Tradução livre: Persiste além da vida de atores sociais individuais, incorporados em rotinas e práticas sociais, como são reproduzidos por intérpretes que participam da produção e do funcionamento. Os significados intersubjetivos têm atributos estruturais que não apenas limitam ou capacitam atores. Eles também definem sua realidade social

Conclusão

Apesar do período medieval se encontrar antes da formação de ideia do Estado-nação, e das relações internacionais, é possível notar que houveram elementos que caracterizaram a internacionalização nesse período. A teoria construtivista, proposta sobretudo pelo teórico Alexander Wendt constrói a base teórica para analisar esse período.

Sabe-se que o tema medieval é pouco abordado no campo das relações internacionais – afastando-se do tradicional estudo das teorias clássicas - e quando é tratado, muito se foca no campo realista sob a ótica das guerras e da violência do período. Assim, essa concepção só veio mudar com a reforma proposta pela escola francesa e o surgimento de novas teorias das RI, que buscaram um novo sentido na disciplina, um revisionismo da matéria. Essa tradição existe em decorrência de visualizar os eventos marcados por conflitos e/ou momentos de trégua a partir dos Tratados de Westphalia (1648), marco oficial das relações internacionais modernas. Esse conjunto de onze tratados criou o conceito de Estado moderno através da ideia de Razão de Estado, de equilíbrio da balança de poder e de Sistema Internacional. Assim, os eventos que antecedem Westphalia, são meramente ignorados pelas teorias clássicas das Relações Internacionais que não conseguem englobar os elementos políticos, culturais, econômicos e sociais, constituintes do internacional, de outras épocas históricas.

Portanto, faz-se necessário o estudo das relações internacionais no medievo, sob a ótica da vertente construtivista, para entender como um cenário que não possui a noção de Estado-nação e da diplomacia, teve tantos elementos sociais que impulsionaram a formação do contexto internacional, principalmente no que diz respeito ao povo Franco. A ideia de cooperação com a maior instituição daquela época, a expansão territorial, a rota do comércio e das feiras medievais e as guerras intercontinentais formaram a base de estudo para entender essa internacionalização.

O construtivismo com sua premissa fundamental de que as relações internacionais são socialmente construídas busca entender que são as relações entre os agentes e estrutura que constroem esse sistema internacional. A ideia de agente e estrutura é muito clara na Idade Média, tendo no monarca e na igreja a figura principal do sistema internacional vigente, assim como a ideia da estrutura se encontra no sistema feudalista. Como afirma Emanuel Adler, professor de ciência política, o construtivismo pode

iluminar características importantes da política internacional que eram antes enigmáticas e tem implicações práticas cruciais para a teoria internacional e as pesquisas empíricas.⁴⁸

A Idade Média foi um período rico das relações internacionais, pois foi onde o povo franco começaria a criar suas primeiras premissas políticas para adentrar a Idade Moderna, assim como a Igreja se estabeleceu como a maior instituição supranacional da Europa, agindo como verdadeiro agente das relações internacionais, transcendendo a própria concepção das fronteiras territoriais e atuando como um árbitro nas questões político-econômicas medievais.

Por fim, é importante lembrar que o estudo das relações internacionais na Idade Média não é restrito à teoria construtivista, o que se propõe no trabalho é analisar as relações internacionais saindo do contexto proposto pelo sistema westfaliano de Estado-nação como ator das relações internacionais e analisar de forma mais ampla como se deu o desenvolvimento dessas premissas internacionais no cenário medieval, focando principalmente na nação que teve mais destaque durante a Idade Média, a francesa.

É de suma importância que se entenda que o estudo das relações internacionais não seja restrito as concepções impostas pelo sistema westfaliano, retirando do estudo das relações internacionais todos os períodos anteriores a ela. A análise de outros períodos, seja da Idade Antiga ou Idade Média, é indispensável para o conhecimento de outras formas de estudo das relações internacionais.

⁴⁸ ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no estudo das relações internacionais**

Referências bibliográficas

- ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais**. Londres: Jornal Europeu das Relações Internacionais, 1997.
- BANFIELD, Susan. **Carlos Magno**. Coleção Os Grandes Líderes – vol. 10. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- BARROSO, Juliana L.V. **Análise do Contexto Intersubjetivo: A política diplomática de promoção da democracia dos Estados Unidos para a América Latina no pós-guerra fria**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BAYET, Charles. **La Grande Encyclopédie**, Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, Paris, 1902.
- BOVEY, Alixe. **Church In The Middle Ages: From Dedication to Dissent**. Disponível em: <<https://www.bl.uk/the-middle-ages/articles/church-in-the-middle-ages-from-dedication-to-dissent>>. (Acessado em 01/05/2017)
- CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**, Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 57-80.
- DUFAUR, Luís. **Clóvis, Rei dos Francos, instrumento da Providência Divina**. Disponível em: <<http://heroismedievais.blogspot.com.br/2009/05/clovis-rei-dos-francos-instrumento-da.html>>. (Acessado em: 19/04/2017)
- DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu**. Lisboa: Estampa, 1980.
- EGINHARDO. **Vida de Carlos Magno**. Teorema, 2007.
- ECO, Umberto. **Idade Média vol. 2 – Catedrais, Cavaleiros e Cidades**. Dom Quixote. Portugal, 2013.
- FABER, Marcos Emilio Ekman. **Os Bárbaros e o Reino dos Francos**. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/medieval/salafrancos.htm/>>. (Acessado em: 19/04/2017)
- FERNANDES, Tathyana Zimmermann. **Os Francos**. Disponível em: <<http://prof-tathy.blogspot.com.br/2009/10/os-francos.html>>. Acessado em: 19/04/2017
- GALVÃO, Wanessa. **História do Reino dos Francos – Idade Média**. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/historia-do-reino-dos-francos-idade-media/>>. Acessado em: 19/04/2017
- GOMES, Francisco José Silva. **A Cristandade medieval entre o mito e a utopia**. Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- HALPHEN, Louis. **Carlo Magno y el Império Carolíngio**. México, Uteha, 1955.
- HÉLARY, Xavier. **História Viva**. Ano VII, nº79, 2011.

- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. Cosac Naify. São Paulo, 2010.
- JOYE, Sylvie. **História Viva**, Ano VII, N°79,2011.
- JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2001.
- KURTH, Godofredo. **Enciclopédia Católica**. Robert Appleton Company, Nova Iorque, 1913.
- LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2013.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. Editora Contexto. São Paulo, 2006.
- NEVEUX, François. **História Viva**. Ano VII, n°79, 2011.
- PALADILHE, Dominique. **História Viva**. Ano VII, n°79, 2011.
- PERES, Sophia Salerno, **Introdução à Lei Sálica**, Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/especial/podcasts/269-serie-historia-do-processo-judicial/6497-hpj-08>>. Acessado em: 20/04/2017
- PITTA, Valter. **Povos Germânicos: Leis Germânicas**. Disponível em: <<http://povosgermanicos.blogspot.com.br/2010/04/leis-germanicas.html>>. Acessado em: 20/04/2017.
- VILAR, Leandro. **Carlos Magno**. 2013. Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/05/carlos-magno.html/>>. Acessado em: 02/06/2017.